

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Ana Paula Ribeiro

**AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:  
O CASO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ – VIAMÃO/RS**

Porto Alegre  
2014

**Ana Paula Ribeiro**

**AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:  
O CASO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ – VIAMÃO/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Porto Alegre

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

Diretor: André Sampaio Mexias

Vice-Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Ribeiro, Ana Paula

Agricultura familiar em área de proteção ambiental: o caso do assentamento Filhos de Sepé Viamão/RS. / Ana Paula Ribeiro. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2014.  
[115 f.] il.

Dissertação (Mestrado). - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2014.

Orientador(es): Rosa Maria Vieira Medeiros

1. Agricultura familiar. 2. Agroecologia. 3. Assentado. 4. Identidade. I.  
Título.

CDU 911

---

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS  
Veleida Ana Blank CRB 10/571

**Ana Paula Ribeiro**

**AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:  
O CASO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ – VIAMÃO/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Vieira Medeiros – Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen F. Wizniewsky  
UFSM

---

Dr. Cícero Castello Branco Filho  
SETUR-RS

---

Dr<sup>a</sup>. Michele Lindner  
UFRGS

## DEDICATÓRIA

A Deus, que constitui o corpo e a alma; aos sujeitos desta pesquisa, pessoas determinadas e solidárias; a minha família e amigos, os quais integram muitos dos meus momentos de descobertas e conquistas.

## AGRADECIMENTOS

A percepção do meu “eu” sujeito, ao final do processo de construção desta dissertação, foi uma descoberta para o meu novo “eu”. E, participaram de diferentes formas nesta trajetória alguns outros sujeitos importantes, os quais seguem, não obedecendo a ordens hierárquicas.

Agradeço a Deus por me fortalecer diante das dificuldades e renovar a esperança.

Aos moradores do assentamento, pessoas fortes e leais que abriram seus corações e suas vidas, muito além de apenas participar de um questionário acadêmico. Aos técnicos da COPTec e do INCRA/RS, os quais se dispuseram a participar e contribuir com este trabalho.

A minha orientadora, professora Rosa Maria Vieira Medeiros, pelos novos horizontes apresentados durante o processo de construção do mestrado, os quais contribuíram para uma redescoberta pessoal.

Às bancas, de qualificação, professores Roberto Verdum e Cleyton Gerhardt, e a de defesa desta dissertação, por suas significativas contribuições.

Aos meus colegas de laboratório de pesquisa, o NEAG, por sua acolhida, risadas, companhia e disponibilidade sempre que foi necessário.

A esta Universidade, minha casa desde meus 11 anos de idade, época em que estudava no Colégio de Aplicação quando ainda situava-se no prédio da FAGED, no Campus Central. Lembro, com muito carinho, dentre tantas recordações, das quadras de basquete, vôlei e handball, que hoje se transformaram em espaço para estacionamento. Agradeço por todo o investimento em capital humano, muito mais que apenas financeiro feito a cada profissional, pois, certamente fui instruída e formada por muitos deles em diferentes momentos acadêmicos.

À instituição CAPES/REUNI, financiadora da bolsa de pesquisa, meio facilitador de meu trabalho de pesquisa.

Aos colegas da Associação de Pós-graduação da UFRGS (APG), onde fui acolhida e com os quais convivi durante o período de representação discente da Geografia. Com este grupo pujante e eclético percebi a possível elegância e maestria no embate diante das esferas hierárquicas.

Aos professores do curso de graduação e pós-graduação em Geografia desta Universidade, os quais incentivaram minhas inquietudes através dos desafios apresentados. E, no convívio, em reuniões e corredores institucionais, percebi, novamente, a elegância, maestria e destreza com que lidam em meio aos limites ideológicos e territoriais estabelecidos no ambiente acadêmico.

Ao Colégio de Aplicação, por toda inquietude contestadora, a qual foi semeada pelos professores extemporâneos, germinada pelas causas e causos da vida, e hoje, em parte já colhida, pelos, então professores, agora, colegas neste espaço de laboratório.

Aos meus queridos colegas professores do Colégio de Aplicação, por sua solidariedade, compreensão e coleguismo nos momentos de encerramento desta dissertação.

Aos meus queridos alunos, de todas as instituições nas quais lecionei, por sua participação na construção geográfica, na descontração e empenho dedicados a cada encontro. Em especial, agradeço ao grupo de alunos do curso de Agente de Informações Turísticas, do IFRS - Campus Restinga, os quais geografaram muito, de e em suas vidas, durante esta pesquisa.

Aos meus queridos amigos, que muito contribuíram, de diferentes formas, nesta jornada longa e trabalhosa: Vera e Guilherme Troian, Padre Federico Juaréz, Daniela e José Macedo, Adenilton Ferreira, Mariana Kruse, Padre Neto e Padre Felipe Neto, Ladislau Molnár, Marta Bottega e Adão Silveira, Flávia Oliveira e Fernando Silva, Lígia Bublitz e Álvaro Oliveira, Dionise e Luis Cordeiro, Natália Silva, Rosane Rodrigues, Olenka Wislocki, Aline Amaro, Magda Liege, Pedro Tiago, Nina Santos e Evandro Inácio, Fernanda Barrios, Andrea e Luciano Machado, Patrícia e Marisa Soares, Loíde Souza, Michele Lindner, Elmer Matos, Elvis Wandscheer, Evelin Biondo, Pedro Frantz, Aurélio Amaro, Evandro Pacheco, Laurie Cunha, Jocelita Tessaro, Carla Hirt, Antônio José Pereira de Paula.

A minha família, meus pais Paulo e Édila, irmãos, Verinha e Crisinho, sobrinhos, Víctor, Manuela e Celina, afilhadas, Maria e Marília, comadre Cris, tio(a)s e primo(a)s por seu incentivo, compreensão, empenho e alegria partilhados em cada etapa galgada.



## Identidade

Preciso ser um outro  
para ser eu mesmo

Sou grão de rocha  
Sou o vento que a desgasta

Sou pólen sem insecto

Sou areia sustentando  
o sexo das árvores

Existo onde me desconheço  
aguardando pelo meu passado  
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato morro  
no mundo por que luto nasço

(Mia Couto, in "Raiz de Orvalho e Outros Poemas")

## RESUMO

Esta dissertação buscou verificar através da percepção a identificação entre o assentado e o seu assentamento, diante da produção agroecológica. Constatou também que o processo de territorialização do assentado no assentamento se dá de forma agroecológica devido à legislação restritiva da APA do Banhado Grande. Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar o Assentamento Filhos de Sepé enquanto parte de uma área de preservação ambiental, relacionando a forma de produção realizada e o sentimento dos assentados em relação à APA e ao Refúgio da Vida Silvestre. Desta forma, identificou-se as práticas agroecológicas do Assentamento Filhos de Sepé; a forma como se deu o processo de adaptação do assentado ao assentamento; o sentimento de pertencimento do assentado em relação ao assentamento, à APA do Banhado Grande e sua relação com o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. O caminho metodológico construído para esta análise foi a revisão bibliográfica; a produção de um questionário com perguntas; as pesquisas de campo, com gravação das entrevistas; e a análise das entrevistas. Através das entrevistas foi possível, identificar a relação dos assentados com o seu novo lugar de moradia: o assentamento. Portanto, esta pesquisa foi estruturada no sentido de levar à compreensão do processo histórico do local onde foi criado o assentamento, do processo de criação do assentamento, das formas de produção mais significativas realizadas pelos assentados e do processo de construção de uma nova identidade do assentado com o seu novo lugar. Dentre os resultados obtidos destaca-se que a identidade do assentado com o assentamento se estabeleceu a partir do aumento dos índices de produção e dos laços de confiança surgidos diante do processo de territorialização.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, agroecologia, assentados, identidade.

## ABSTRACT

This dissertation searched to verify through the perception the identification between the settler and his settlement, in face of the agroecological production. It also testified that the territorial process of the settler in the settlement occurs on an agroecological form due to the restrictive legislation of APA in Banhado Grande. So, the research had as target to analyse the settlement Filhos de Sepé while part of an area of environmental protection, relating the way of a realized production and the settler's feeling in relationship, to APA and the Shelter of Wild Life. On this way the agroecological practices of the Settlement Filhos de Sepé were identified; the form how was the adaptation process of the settler to the settlement to APA of Banhado Grande and its relationship to the Shelter of Wild Life Banhado dos Pachecos. The methodological path built for this analysis was a literature review; a production of questions, the researches in field, with recording interviews; and the analysis of the interviews.

Through the interviews it was possible to identify the relationship of the settlers with their new dwelling place: the settlement. Therefore, this research was structured in the meaning of carrying to the comprehension of the historical process of the place where the settlement was created; of the process of creation of the settlement, of the production form more significant accomplished by settlers and of the building process of a new identity of the settler and his new place. Among the obtained results it emphasizes that the settler's identity with the settlement was established departed from the increase of production tables of contents and the trust bowknots emerged in face of the territorialization.

**Keywords:** Family Agriculture, agroecological, settler, identity.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - APA do Banhado Grande e seus ecossistemas. .....	37
<b>Figura 2</b> - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí .....	38
<b>Figura 3</b> - Assentamento Filhos de Sepé, com área de Refúgio de Vida Silvestre, acessos, barragem, lotes destinados à produção agrícola e agrovilas. .....	39
<b>Figura 4</b> - Mapa de Localização da área de estudo.....	41
<b>Figura 5</b> - Plantação de arroz orgânico com destaque para a muda de Arroz. 85	
<b>Figura 6</b> - Sementes de Arroz Ecológico .....	86
<b>Figura 7</b> - Arroz já pronto para comercialização em embalagens simples e a vácuo.....	86
<b>Figura 8</b> - Galpão coletivo para realização de reuniões, assembleias e atividades de lazer dos assentados. ....	87
<b>Figura 9</b> - Barragem com cerca de 1000 ha de superfície que serve de base para a irrigação do arroz ecológico produzido no Assentamento Filhos de Sepé.....	90
<b>Figura 10</b> - Horta ecológica com produção destinada às feiras e ao consumo da comunidade assentada .....	91
<b>Figura 11</b> - Horta, com destaque para o sistema de irrigação .....	91
<b>Figura 12</b> - Horta familiar com produção de tomate cereja.....	92
<b>Figura 13</b> - Horta familiar. Melancia.....	92
<b>Figura 14</b> - Feira no pátio da casa de assentado, com venda de seus produtos, destacando-se o feijão acondicionado nas garrafas de plástico. ....	93
<b>Figura 15</b> - À esquerda, produção de arroz convencional desenvolvida no entorno do assentamento. Divisa do Setor B. À direita, os lotes com criação de gado.. ..	95
<b>Figura 16</b> - Trator e criação de gado em lote do Setor B.....	96
<b>Figura 17</b> - Pomares no pátio da residência de um dos entrevistados. ....	100
<b>Figura 18</b> - Potreiro de animais no pátio da residência de um dos entrevistados.....	100
<b>Figura 19</b> - Criação de gado leiteiro. ....	106
<b>Figura 20</b> - Criação de gado leiteiro e suínos.....	106

<b>Figura 21</b> - Produção de queijo artesanal.....	107
<b>Figura 22</b> - Material utilizado na fabricação do queijo artesanal.....	107
<b>Figura 23</b> - Produção de caqui orgânico.....	108
<b>Figura 24</b> - Criação de gado.....	108
<b>Figura 25</b> – Placa sinalizando o centro de convivência.....	109
<b>Figura 26</b> - Cooperativa Setor D.....	109

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Síntese das entrevistas .....	26
<b>Tabela 2</b> – Cultivos agrícolas: área e produção - grãos.....	47
<b>Tabela 3</b> – Cultivos agrícolas: área e produção – horta, pomar, raízes e tubérculos.....	48
<b>Tabela 4</b> – Bovinocultura - Leite.....	49
<b>Tabela 5</b> – Bovinocultura - Corte.....	50
<b>Tabela 6</b> – Avicultura, Ovinocultura e Apicultura. ....	50
<b>Tabela 7</b> – Alimentos e Agroindústria. ....	51
<b>Tabela 8</b> – Principais formas de “Agricultura Alternativa”: protagonistas e princípios básicos. ....	64
<b>Tabela 9</b> – Análise final .....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Arroz ecológico – Área plantada (ha) no Assentamento Filhos de Sepé.....	47
<b>Gráfico 2</b> – Palavras mais citadas em entrevista neste setor. ....	88
<b>Gráfico 3</b> – Palavras mais citadas em entrevista neste setor .....	94
<b>Gráfico 4</b> – Palavras mais citadas em entrevista neste setor. ....	96
<b>Gráfico 5</b> – Palavras mais citadas em entrevista neste setor. ....	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APN-VG – Associação de Preservação da Natureza – Vale do Gravataí

COOPAN – Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita

COORLAC – Cooperativa Rio-grandense de Laticínios

COPERAV – Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão

COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em Áreas de Reforma Agrária

Cotap – Cooperativa Triticola e Agro-pastoril Giruá

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DEAL – Departamento Estadual de Abastecimento de Leite

DRNR – Departamento dos Recursos Naturais Renováveis

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMO – Instituto de Mercado Ecológico

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCS – Organismo de Controle Social

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PIB – Produto interno bruto

PNRH – Política Nacional dos Recursos Hídricos

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

RVSBP – Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos

RU – Restaurante Universitário

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES

SNGRH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPG – Sistema Participativo de Garantia

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>27</b>
3.1	HISTÓRICO EVOLUTIVO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE VIAMÃO .....	27
3.2	CONTEXTO POLÍTICO E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO.....	31
3.3	O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ .....	33
3.4	CARACTERÍSTICAS INFRAESTRUTURAS DO ASSENTAMENTO..	40
<b>4</b>	<b>O ESPAÇO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ .....</b>	<b>44</b>
4.1	CULTIVOS AGRÍCOLAS .....	46
4.2	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS .....	49
4.3	A REALIDADE AMBIENTAL E A ÁREA DE PROTEÇÃO INTEGRAL..	51
4.4	O REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE .....	55
<b>5</b>	<b>A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA.....</b>	<b>57</b>
5.1	PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	57
5.2	AGRICULTURA ALTERNATIVA E SEUS DESAFIOS .....	59
<b>6</b>	<b>O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ.....</b>	<b>72</b>
6.1	TERRITÓRIO .....	75
6.1.1	<b>Setor A.....</b>	<b>88</b>
6.1.2	<b>Setor B.....</b>	<b>93</b>
6.1.3	<b>Setor C.....</b>	<b>96</b>
6.1.4	<b>Setor D.....</b>	<b>101</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>118</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental tem sido muito discutida em virtude das problemáticas decorrentes da escassez ou ausência de políticas de gestão integradas e eficazes. O processo de globalização tem justificado as práticas do modelo atual de desenvolvimento econômico através do modelo de desenvolvimento sustentável. Esse conceito nos reporta ao entendimento de que as partes integrantes do processo de uso dos recursos naturais modelam o contexto no qual estão inseridas no cotidiano dos sujeitos envolvidos. O que se buscou debater nesta dissertação é a forma com que os assentados se adaptaram ao seu novo lugar, a forma com que ocorreu a apropriação do espaço destinado ao uso e habitação das famílias ali assentadas, o sentimento de sentir-se parte do mesmo.

Também se julga necessário destacar que a representatividade do estudo neste assentamento, que se dá em função da forma de produção agroecológica, que vem ao encontro da preocupação com as questões ambientais.

O Assentamento Filhos de Sepé, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, apresenta diversidade no perfil de seus agricultores, dos quais muitos enfrentam dificuldades de convívio com a área de várzea. Cerca de 85% da área do assentamento é de várzea, a qual se encontra na Área de Proteção Ambiental (PA) do Banhado Grande. Além disso, possui uma área de preservação integral interna ao assentamento, o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, administrado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). A necessidade de disputar a água de irrigação do arroz com o consumo humano da Região Metropolitana, associada à falta de demarcação de lotes e às dificuldades de sobrevivência na várzea, sem infraestrutura, impulsionou grande parte dos assentados ao trabalho não-agrícola, fora do assentamento, e ao arrendamento da várzea para o cultivo do arroz. Para reverter esse cenário inicial é que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS) investiu em infraestrutura, estimulou novas

formas de gerenciamento para distribuição da água e cultivo do arroz e intensificou a fiscalização.

O objeto da pesquisa teve como tema a análise do contexto do Assentamento Filhos de Sepé, seus sujeitos e práticas desenvolvidas decorrentes da legislação ambiental em virtude da sua inserção na APA do Banhado Grande, a qual possui no seu interior o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Dessa forma, o estudo teve como problema de pesquisa verificar através da percepção a identificação entre assentado e seu assentamento e a relação com a produção condicionada à legislação ambiental, a qual determina obrigatoriamente a produção sem o uso de agrotóxicos. Também teve-se a preocupação de analisar a relação e o sentimento que existe entre assentados e à existência da APA do Banhado Grande e do Refúgio de Vida Silvestre na área do assentamento.

Todo o contexto apresentado na área de pesquisa nos mostrou o surgimento de conflitos, entre os quais o choque entre a forma de produzir que os assentados traziam em sua bagagem histórica de origem e a nova realidade restritiva e condicionada do local atual. Sendo assim, as atividades desenvolvidas no assentamento estão relacionadas à produção agroecológica, fabricação e comercialização de seus produtos. Nesse cenário se encontra a instrução normativa da agricultura orgânica, a lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, a qual representa as demais correntes de agriculturas de base ecológica.

Desta forma, a pesquisa foi estruturada no sentido de levar à compreensão do processo histórico do local onde foi criado o assentamento, do processo de criação do assentamento, das formas de produção mais significativas realizadas pelos assentados e do processo de construção de uma nova identidade do assentado com o seu novo lugar.

Assim, as informações e análises integrantes desse estudo de dissertação de mestrado foram organizadas em seis partes. A primeira parte integrante do estudo refere-se aos Procedimentos Metodológicos, apresentados na seção 2, no qual busca-se explicar o caminho ao qual se chegou aos resultados da pesquisa.

Na seção de número 3, que refere-se ao Histórico do assentamento e caracterização da área de estudo, é apresentado um breve histórico evolutivo das atividades econômicas de Viamão, RS, município no qual está localizado o assentamento estudado. Posteriormente a esta contextualização, aborda-se o contexto político e o processo de criação do assentamento, seguido pela caracterização do assentamento Filhos de Sepé e pela descrição de suas características infraestruturais.

A parte 4 dá uma continuidade a seção anterior, que avança na realidade do assentamento após sua criação, no que se refere aos cultivos agrícolas, a produção de alimentos, a realidade ambiental e área de proteção integral e o refugio de vida silvestre.

A quinta parte se destina a tratar da relação existente entre o agricultor familiar e a forma de produção agroecológica. Para tanto, é feita uma breve revisão sobre as perspectivas da agricultura familiar, e suas relações com a agricultura alternativa. Esta dimensão se fez necessária para a compreensão da construção de sua identidade com a nova terra.

A sexta parte, que apresenta os resultados das entrevistas no assentamento Filhos de Sepé, busca a compreensão do significado de identidade para que, seja possível compreender as práticas desenvolvidas pelos assentados; práticas e atividades que, com o passar do tempo, promoveram a adaptação dessas famílias a sua nova realidade de vida e assim, aos poucos, mas de forma constante, contribuíram para a construção do processo de identidade, refletindo nas territorialidades e se materializando no espaço territorial, o assentamento.

Por fim, a seção 7 representa as considerações finais dessa dissertação de mestrado e faz um fechamento das ideias apresentadas ao longo da pesquisa, procurando analisar a realidade atual do assentado diante do seu assentamento.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se por elaborar o levantamento de dados desta pesquisa de forma qualitativa. Conforme Richardson (1999),

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON, 1999, p.90).

Ainda, continuando na compreensão deste tipo de pesquisa, Silva e Mendes (2013) contribuem afirmando que:

A abordagem qualitativa baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Vários procedimentos são utilizados nessa abordagem, dentre os quais se destacam: a observação, a entrevista, a história oral e a pesquisa documental (SILVA; MENDES, 2013, p.207).

Este tipo de pesquisa, segundo Silva e Mendes (2013),

[...] permite a produção de informações sobre pessoas, lugares e processos por meio do contato direto do pesquisador com a realidade estudada. [...] parte de questões de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve (SILVA; MENDES, 2013, p.212).

Sendo assim, para construir o caminho de análise, este trabalho baseou-se nos seguintes passos metodológicos:

- a. Revisão bibliográfica;
- b. Produção e aplicação de um questionário com perguntas semiestruturadas para aquisição dos dados (Apêndice 1);
- c. Pesquisa de campo e gravação da aplicação das entrevistas, distribuídas num questionário, através de um roteiro pré-estabelecido. A amostra de participantes foi intencional e justifica-se por ser composta, necessariamente, por lideranças ativas no assentamento.

d. Análise das entrevistas: os resultados foram apurados através da análise de trechos representativos para a hipótese da pesquisa. Para tanto, foram considerados os desafios apresentados no referencial teórico, o objeto, o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos. A análise dos trechos das entrevistas fez-se através da observação de algumas palavras-chave expressas durante a conversação. A hipótese era a de que o entrevistado mencionaria termos ou expressões relacionados ao seu contexto, tais como orgânico, agroecológico, etc, as quais denotariam significados sobre a relação de pertencimento do assentado ao local do assentamento. O resultado foi uma matriz de cruzamento das principais informações obtidas. Através da realização da entrevista foi possível, então, identificar a relação dos assentados com o seu novo lugar de moradia: o assentamento.

Entende-se que, carregados pelo processo histórico, o significado e características locais surgiriam no discurso do entrevistado, tendo em vista principalmente que a amostragem desses entrevistados é composta de parte das lideranças do assentamento. A sistematização das informações foi realizada a partir das palavras mencionadas nas falas dos sujeitos entrevistados, as quais foram transcritas e apresentadas em forma trechos representativos e gráficos em barra, os quais forma organizados de acordo com a quantidade de repetições de palavras pelos entrevistados durante a entrevista. Essa técnica de contagem de palavras apresentou-se representativa na pesquisa, pela visibilidade que dá ao discurso dos entrevistados, demonstrando a relevância das palavras no contexto da pesquisa.

Nesse sentido, é importante chamar a atenção para a importância que a entrevista assume em uma pesquisa dessa natureza:

Por intermédio dela [a entrevista], é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano (SILVA; MENDES, 2013, p.213).

Ainda, Silva e Mendes (2013) complementam sua informação quando afirmam que a técnica qualitativa é muito utilizada em investigações com

sujeitos sociais devido à eficácia que promove nos resultados quanto aos aspectos socioculturais. Ela se destaca por estar “baseada em alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses relevantes para a pesquisa.” (SILVA; MENDES, 2013, p.215).

Esta técnica permite maior liberdade ao entrevistado através, por exemplo, da entrevista semiestruturada, estilo utilizado neste trabalho. Neste padrão, a condução da investigação é feita com roteiro já estabelecido no momento da coleta de dados. Sendo assim, de acordo com Colognese e Mélo apud Silva e Mendes (2013):

[...] os questionamentos são previstos com antecedência e sua ordem é provisoriamente estabelecida, perguntas específicas e predeterminadas, concedendo ao informante a liberdade de responder com suas palavras a partir do seu universo de referência. (COLOGNESE; MÉLO apud SILVA; MENDES, 2013, p.215).

Triviños (apud SILVA; MENDES, 2013, p.215), corrobora a liberdade concedida ao entrevistado e afirma que a entrevista semiestruturada é um dos principais instrumentos de coleta de informações, além de valorizar a presença do pesquisador e propiciar a espontaneidade no processo investigativo.

Portanto, no que se refere às informações obtidas através da entrevista, buscou-se saber dos entrevistados informações relativas à forma de produção utilizada antes da sua chegada ao assentamento e a utilizada nos dias de hoje. Com base nessas informações, foi possível identificar características do processo de construção de identidade junto à produção agroecológica, forma de produção esta que foi imposta ao assentamento em virtude dos termos da lei ambiental<sup>1</sup>.

No roteiro da entrevista, incluiu-se a abordagem do pesquisador com o informante. Houve a apresentação do pesquisador, da pesquisa, do propósito da entrevista, expondo os objetivos da entrevista e sua contribuição, solicitando-se permissão para registro da entrevista de forma midiática através do uso de um gravador eletrônico, além do registro de imagem da propriedade.

---

<sup>1</sup> A percepção do assentado sobre a legislação ambiental no assentamento será abordada ao longo da dissertação.



Desta forma, foi possível estabelecer um ambiente harmônico e de confiança, gerando simpatia entre o pesquisador e sujeito, conforme sugere Triviños (apud SILVA; MENDES, 2013).

Os informantes foram selecionados com base em uma amostra intencional que, segundo Almeida (1989, p.87), “consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos em função das variáveis estudadas”. Esta amostragem, ainda, servirá para identificação de:

[...] padrões simbólicos, práticas e informações suficientes para compreender o universo pesquisado. A atividade é considerada concluída quando há informações suficientemente confirmadas, quando novos dados passam a ser menos frequentes, ou seja, o momento chamado por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) de “ponto de redundância” (SILVA; MENDES, 2013, p.216).

Com relação ao tratamento de dados, buscou-se estabelecer a relação direta com o teórico adotado. Sendo assim, para elucidar estas questões, utilizaram-se os desafios abordados por Assad e Almeida (2004), somados à contribuição de Altieri (2009) no que se refere às soluções que a agroecologia oferece, tendo em vista serem pontos reflexivos e embaixadores para este trabalho.

A Tabela 1 apresenta o cruzamento de informações estabelecidas e utilizadas nesta pesquisa. Partindo dos desafios apresentados pelos autores, foram criadas e estabelecidas descrições para cada desafio, observando suas considerações.

Tabela 1 – Síntese das entrevistas

Desafios	Caracterização descritiva do desafio	Verificar a identificação que existe entre a percepção do assentado em relação ao seu assentamento e, em relação à legislação ambiental	Verificar se há uma territorialização do assentado no assentamento e se aquele lugar é o lugar deles	Hipótese de que os assentados desenvolvem atividades de forma agroecológica devido ao assentamento estar localizado no interior da APA Banhado Grande	Identificar as práticas agroecológicas do assentamento Filhos de Sepé	Identificar como se deu o processo de adaptação do assentado ao assentamento	Identificar o sentimento de pertencimento do assentado em relação ao assentamento, à APA do Banhado Grande e sua relação com o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos	Análise				
								Setor A	Setor B	Setor C	Setor D	
		OBJETO E PROBLEMA DE PESQUISA			OBJETIVOS ESPECÍFICOS			Análise				
AMBIENTAL	Criação de sistemas produtivos adaptáveis ao ambiente e reduzir a dependência de insumos químicos.											
ECONOMICO	Redução de perdas e desperdício e produtos competitivos no mercado.											
SOCIAL	Sistemas produtivos que proporcionem ao produtor rural renda factível às suas necessidades e ao seu trabalho.											
TECNOLOGICO	como produzir os meios técnicos para o exercício das práticas agrícolas											

Fonte: Elaborado pela autora.

### **3 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

Os movimentos sociais surgidos no Brasil como consequência da instabilidade política e econômica têm como intuito reivindicar o processo de reforma agrária. E, nesse contexto, o Assentamento Filhos de Sepé é criado em uma área onde havia plantio de arroz convencional, marcado por um processo emblemático de criação e consolidação, ocupando parte de uma área de preservação ambiental (APA). O histórico, localização, dados de produção e infraestrutura do assentamento são apresentados a seguir.

#### **3.1 HISTÓRICO EVOLUTIVO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE VIAMÃO**

O Assentamento Filhos de Sepé, está localizado no município de Viamão, RS, e por esta razão considera-se necessário apresentar um breve histórico evolutivo das atividades econômicas desse município.

Segundo PET (2004), até 1930, Viamão/RS já produzia gado de corte para a produção de charque em grandes fazendas extensivas. Também se produzia mandioca, a qual era transformada em farinha nas tafonas (casas de farinha). O escoamento da produção de farinha era feito por barco para as propriedades mais distantes, situadas perto da Laguna dos Patos; para as mais próximas (perto do rio Gravataí), distribuía-se por terra. Através da Laguna também havia produção tradicional de açúcar e aguardente destinada ao consumo local, além das lavouras de subsistência (milho, feijão). Nesse período, a área de várzea era pouco ou não explorada; apenas em algumas áreas mais baixas havia a produção de arroz vermelho para autoconsumo e como reserva de pastagem para o gado no verão (PET, 2004).

Assim, a partir de 1930, devido ao desenvolvimento das lavouras de arroz nos banhados, criou-se a demanda por animais de tração e mão de obra. Desta forma, parte das cabeças de gado foi deslocada. Os bois já não eram mais criados somente para carne/gado de corte, mas, também, para força de

trabalho. Agora, a mandioca também passa a alimentar os bois utilizados na lavoura de arroz. A expansão das lavouras de mandioca, tanto para o plantio quanto para lenha nas tafonas, exerceu pressão sobre os capões de mata. O produtor realizava o processo de derrubada e queimada da mata e, depois, plantio de feijão por dois anos, e logo o retorno à mandioca por ser mais adaptada às terras arenosas da região (PET, 2004).

A produção de arroz branco cresce no município a partir de produtores isolados que arrendaram e drenaram as várzeas. As operações eram manuais, desde a acomodação das taipas, da limpeza dos canais até a colheita. Para este tipo de trabalho, a mão de obra e os animais tinham origem nas zonas altas (paleodunas). A fase da colheita exigia dos trabalhadores a habilidade com o manuseio da foice. Estes trabalhadores chegaram da região de Camaquã, Encruzilhada e Canguçu a partir de 1948. O arroz colhido secava manualmente e, depois, era ensacado. A etapa posterior do transporte era realizada ao longo da Laguna dos Patos e do Lago Guaíba e continuava na RS-040. A produtividade máxima de arroz chegava a 100 sacos por quadra (aproximadamente 1,7 ha). Os pequenos e grandes produtores utilizavam essencialmente a mão de obra familiar (exceto para a colheita) e o plantio era feito de 5 a 7 quadras; mais tarde os produtores de áreas maiores necessitavam de maior quantidade de mão de obra contratada para todas as fases da lavoura. Nesta época, passa a acontecer a subdivisão dos lotes em glebas decorrente do processo de sucessão hereditária ou através da compra de terras feita por arrendatários nas áreas de várzeas (PET, 2004).

A expansão da mecanização da lavoura de arroz aconteceu no período entre as décadas de 1960 e 1980. Este novo modelo de produção impulsionou alguns produtores familiares a reorientar seus sistemas de produção para a pecuária leiteira. Tal feito foi favorecido pela ação do Estado através da criação do Departamento Estadual de Abastecimento de Leite (DEAL)<sup>2</sup> e, depois, da Cooperativa Rio-grandense de Laticínios (COORLAC) (PET, 2004).

---

<sup>2</sup>“Nos anos de 1950, quando esse tipo de embalagem estava sendo criada na Suécia pelo Dr. Rausing, aqui no Estado o leite era embalado e distribuído pelo DEAL (Departamento Estadual de Abastecimento de Leite) em garrafas de vidro acomodadas em grades metálicas. Uma leve pressão do polegar bastava para abrir a tampa de alumínio laminado” (CLICRBS, 2014, p. s/n).

Os primeiros tratores surgiram na década de 50, ampliando sua inserção a partir dos anos 60, momento em que havia, no Brasil, incentivos ao maquinário. Na década de 70, surgiram os implementos agrícolas (trilhadeira e a entaipadeira), e uma máquina (a retroescavadeira), reduzindo a necessidade de mão de obra em todas as etapas, focando a demanda à época da colheita. O processo de mecanização do campo continuou a expandir-se, introduzindo-se, já nos anos 70-80, a colheitadeira. Este fenômeno de aceleração promoveu o desemprego dos que manuseavam os bois e, ao final do processo, dos migrantes trabalhadores temporários contratados na época da colheita do arroz, que terminaram por se deslocar para outras cidades. Devido ao investimento financeiro que o processo de mecanização exigia, alguns pequenos arrendatários se desligaram do processo de produção e os pequenos proprietários venderam suas terras para os maiores, favorecendo a concentração, tendo em vista o investimento financeiro em maquinário (PET, 2004).

Segundo o PET, “Além da mecanização, outro fator que impulsionou o desenvolvimento da lavoura arroteira foi o avanço da drenagem feita pelo Estado através do DNOS, que abriu grandes canais e retificou o leito do rio Gravataí” (2004, p. 29). Assim, houve a ampliação de novas áreas para a exploração do arroz irrigado, ocasionando a redução do banhado<sup>3</sup> e, conseqüentemente, prejuízos ambientais à flora e à fauna, além da interferência negativa na função natural de regulação da vazão dos sistemas hidrológicos (PET, 2004).

Com a chegada das colheitadeiras, surgiram as primeiras secadoras de grãos, já que o arroz não podia ser mais secado em medas, aumentando a dependência do produtor de arroz em relação a outros agentes, conforme as possibilidades financeiras do produtor. Tais agentes podem envolver a necessidade de arrendamento da terra, pagamento pelo uso da água, aluguel para o uso da colheitadeira e da secadora, além da variedade de tipos de arroz e o aumento da produtividade. A produção teve um aumento de 100 sacas/quadra para 180/200 sacas, mas essas variedades exigiam maior

---

<sup>3</sup> O Banhado do Gravataí, que tinha originalmente 45.500 ha, hoje abrange pouco mais de 5.000 ha. (PET, 2004, p. 29).

quantidade de adubação química para o seu processo de desenvolvimento, o que provocou acidificação dos solos. Houve o aumento de ervas daninhas nas lavouras, “obrigando” o uso de herbicida e a prática do plantio direto<sup>4</sup> (PET, 2004).

Houve queda nos preços do arroz em 1993. Este fenômeno fez com que os pequenos proprietários, novamente, se desfizessem de suas terras, vendendo-as para grandes proprietários, ao passo que os produtores endividados ou com muitos equipamentos continuassem produzindo em áreas de grandes proporções para garantir algum retorno financeiro. Junto a esse movimento, surgiram os novos produtores de arroz vindos de Santa Catarina, os quais adquiriram terras e água, utilizando o sistema de plantio pré-germinado<sup>5</sup>. Esse fenômeno de concentração de terras nas mãos de poucos proprietários provocou o aumento do preço do aluguel da terra para o arrendatário, além do aumento do custo do uso da água para cada propriedade, já que agora há menor quantidade de puxadas d’água, resultante da concentração fundiária.

As variáveis apresentadas constituem o cenário da crise do arroz naquele momento: baixos preços de mercado, endividamento dos produtores. É neste momento do processo histórico definido pela expansão de um modelo agropastoril complexo que:

---

<sup>4</sup> Plantio direto: “O Plantio Direto compreende um conjunto de técnicas integradas que visam melhorar as condições ambientais (água-solo-clima) para explorar da melhor forma possível o potencial genético de produção das culturas (Primavesi, 2000). Respeitando os três requisitos mínimos - não revolvimento do solo, rotação de culturas e uso de culturas de cobertura para formação de palhada, associada ao manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas - o Plantio Direto não deve ser visto como uma receita universal, mas como um sistema que exige adaptações locais. Essas têm sido executadas por iniciativa dos próprios agricultores, por meio da integração contínua de esforços com pesquisadores e técnicos, possibilitando avanços palpáveis no desenvolvimento e na transferência de tecnologias” (EMBRAPA, 2014a, p. s/n).

<sup>5</sup> Pré-germinado: “No Rio Grande do Sul define-se sistema pré-germinado como um conjunto de técnicas de cultivo de arroz irrigado adotadas em áreas sistematizadas onde as sementes, previamente germinadas, são lançadas em quadros nivelados e inundados. Este sistema é, atualmente, uma alternativa viável para áreas que apresentam problemas de produtividade, principalmente pela alta infestação de arroz vermelho. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul o sistema pré-germinado ocupa respectivamente, 100% e 12% da área total de arroz irrigado. O sistema pré-germinado apresenta as seguintes vantagens: controle mais eficiente do arroz vermelho, menor dependência do clima para o preparo do solo e sementeira, menor consumo de água para irrigação e permite o planejamento mais efetivo das atividades da lavoura” (EMBRAPA, 2014b, p. s/n).

[...] em dezembro de 1998, foi instalado o Assentamento Filhos de Sepé, cuja dinâmica produtiva está intimamente ligada aos fatos anteriormente citados, e que se configura como um elemento conflitivo com a carga de conhecimentos em agricultura trazida pelos assentados para a região (PET, 2004, p. 31).

Após a instalação do assentamento, as questões produtivas passaram a adequar as práticas às exigências da legislação ambiental, o que em muitos momentos configurou – e configura – cenários conflitivos.

### 3.2 CONTEXTO POLÍTICO E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO

A instabilidade política e econômica por volta dos anos de 1970 marcou o caso brasileiro, impulsionando o surgimento de inúmeros movimentos sociais opostos às práticas do governo militar. Neste panorama, fatores econômicos, sociais e políticos acabaram por determinar o surgimento do MST (PET 2004, p.15), baseando sua estrutura coletiva na luta pelo direito à terra. Ganha destaque no processo de consolidação do movimento e conquista de terras agrárias a Igreja Católica, na figura da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nesse período houve o agravamento do êxodo rural, decorrente da saída dos pequenos agricultores das áreas rurais, e consequente migração para a periferia dos grandes centros urbanos e/ou para outros estados, principalmente para as regiões Centro-Oeste e Norte em função do programa de expansão da fronteira agrícola brasileira. Historicamente, a ocupação do território brasileiro esteve voltada ao estabelecimento da população através de atividades produtivas que pudessem, ao mesmo tempo, servir aos habitantes locais e a mercados consumidores de outras regiões. As frentes migratórias de produtores originários do Sul e do Sudeste do Brasil resultaram na transformação de estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em celeiros, voltados para a produção de grãos para exportação.

Neste contexto de organização e luta, em 1979 o Estado do Rio Grande do Sul inicia seu processo de reivindicação pela Reforma Agrária no Brasil. As

primeiras ocupações de terra ocorreram no município de Ronda Alta, reunindo cerca de 340 famílias; dentre estas, havia também famílias oriundas do Estado do Paraná em virtude da construção da Barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Este foi o início de um dos maiores movimentos socioterritoriais organizados do Brasil (FERNANDES, 1996).

Conforme o Diagnóstico Sociocultural e de Percepção Ambiental do Assentamento Filhos de Sepé (PET, 2004, p. 20):

Inicialmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) manifestou a intenção de instalar cerca de 450 famílias em uma área de aproximadamente 9.500 ha, segundo Of. Nº 270/98 da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ainda, conforme PET (2004), considerando a fragilidade ambiental do local a ser implementado o assentamento<sup>6</sup>, a UFRGS, em resposta à solicitação feita pelo INCRA/RS, realizou um parecer multidisciplinar apontando a inviabilidade da instalação de um assentamento com este número de famílias na referida área e nas condições previstas. No entanto, o INCRA/RS adquiriu a então Fazenda Santa Fé por 17 milhões de reais para realizar o assentamento de 376 famílias. Soma-se a esta realidade de controvérsias a criação de uma área de proteção permanente que ocupa mais de 1000 ha do total adquirido para fins de “reforma agrária”. O fato de o assentamento estar em uma APA acaba por restringir o uso, tornando-se um entrave ao desenvolvimento das práticas agropecuárias a serem realizadas pelas famílias assentadas. Na área do assentamento encontra-se também uma barragem, com uma superfície de cerca de 1000 ha.

O termo de ajuste de conduta (TAC) foi acordado entre o INCRA/RS e o assentamento, sob a fiscalização do Ministério Público, devido ao problema de

---

<sup>6</sup> “O mapeamento geológico e geomorfológico da seção superior da Bacia de Pelotas exposta na Planície Costeira do RS revelou, segundo Willcock, 1994, que, sob o controle básico das variações climáticas e flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário, os sedimentos erodidos das terras altas adjacentes se acumularam em dois tipos principais de sistemas deposicionais: a) o sistema de leques aluviais ocupando uma faixa contínua ao longo da parte mais interna da Planície Costeira e, b) quatro distintos sistemas deposicionais transgressivo-regressivo, do tipo Laguna-Barreira. É a partir desse processo que se originou a formação do tipo paleoduna associada a um sistema de banhados que dá a configuração física sobre a qual foi instalado o assentamento” (PET, 2004, p.20).



gestão de água ocorrido na safra de arroz 2004/2005. No período dessa safra, o plantio e irrigação do arroz foram realizados de forma desordenada, comprometendo o abastecimento da região e a preservação do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos devido à grande extensão de área produzida. Sendo assim, para que houvesse a adequação no processo de gestão das águas, foi criado um Distrito de Irrigação, constituído pelos irrigantes organizados em assembleia, conselho gestor e conselho fiscal. O Distrito conduz a água ao irrigante na quantidade correta e na época de germinação necessária. O usuário, ou irrigante, contribui financeiramente com o serviço, para manutenção e operacionalização, mas também com a participação no processo decisório e de mão de obra.

Outra exigência do TAC, já cumprida por parte do INCRA/RS, foi a demarcação dos lotes no parcelamento do Projeto de Assentamento (PA). Essas determinações do TAC permitem que o assentamento receba, quando necessário, licença ambiental e o repasse de recursos.

### 3.3 O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

O Assentamento Filhos de Sepé representa um segmento produtivo agroecológico, uma vez que carrega em sua concepção a exigência de produzir de forma orgânica, por ter o diferencial de estar localizado no interior de uma APA. Esta produção orgânica foi um processo trabalhoso, o qual exigiu uma transição por parte dos assentados no seu processo produtivo, para que houvesse efetiva adaptação. E, para compreensão da realidade de constituição e forma de produção do assentamento, segue o contexto de sua criação (PET, 2004).

De acordo com Diel (2011), o assentamento foi criado em 14 de dezembro de 1998 e está localizado no Distrito de Águas Claras – Viamão/RS, Região Metropolitana de Porto Alegre. Seus principais acessos situam-se na RS-040. É reconhecido pelo INCRA/RS como “Projeto de Assentamento – PA Viamão”. Cerca de 85% da área do assentamento é de várzea, inserida na APA

do Banhado Grande. Possui em seu interior uma área de proteção integral, o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, criado pela SEMA<sup>7</sup> (DIEL, 2011).

Segundo Martins (2013), a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) estende-se ao norte da Laguna dos Patos. Esta área em extensão é composta por seis bacias hidrográficas:

[...] a bacia do lago Guaíba, cujas margens costeiam Porto Alegre, e as bacias dos rios: Gravataí, rio dos Sinos, rio Caí, rio Jacuí (em sua parte baixa) e em pequena parte da bacia dos rios Taquari e Antas, nos municípios de Montenegro e Triunfo. A bacia do rio dos Sinos concentra o maior número de municípios da RMPA, 24 no total, seguida da bacia do rio Caí, onde se encontram 12 municípios metropolitanos. O território de Porto Alegre, o município sede da RMPA, é atravessado por 02 bacias hidrográficas, dos rios Guaíba e Gravataí (MARTINS, 2013, p.8).

Ainda segundo Martins (2013, p.10), “conforme os dados de população e área do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a densidade demográfica da RMPA era de 390 hab./km<sup>2</sup>”. Em 2010, conforme o IBGE, a RMPA apresentou uma taxa de urbanização de 96,9%, superando os 95,5% verificados no Censo de 2000. O produto interno bruto (PIB) municipal da RMPA do RS apresentou redução: de 46,39% (2006), o PIB a preços de mercado (PIB pm) passa para 44,39% (2010).

A bacia hidrográfica do rio Gravataí, onde se localiza o Assentamento Filhos de Sepé, abrange os ecossistemas naturais de banhado, os quais são zona de absorção para regular a vazão da cheia do rio. Sendo assim, a compreensão do processo de gestão dos recursos hídricos diante do uso da água, para fins da produção de arroz irrigado, torna-se importante no contexto da área de estudos. Destaca-se a presença de uma barragem no centro do assentamento, a qual faz parte do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (RVSBP), configurando parte do bioma Pampa. A área abriga as nascentes do rio Gravataí e áreas de abrigo da fauna residente e migratória (DIEL, 2011).

---

<sup>7</sup> O Refúgio de Vida Silvestre foi criado em 24 de abril de 2002, através do Decreto N° 41.559, que está formado por uma área de terras, cedida pelo INCRA/RS à SEMA, através do termo de Cessão de Uso, assinado em 21 de fevereiro de 2002 (SEMA, 2014a, p. s/n).

A barragem é alimentada pela bacia ao mesmo tempo em que é um dos maiores contribuintes do banhado através da nascente Águas Claras e do Arroio Canita (DIEL, 2011). Esse cenário, em termos legais, constitui-se na lei nº 9.433 de 1997, a qual institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH) e determina a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). O PNRH determina que a água é um bem de domínio público, recurso natural limitado, com valor econômico e, em época de escassez, a prioridade é o consumo humano e dessedentação de animais. A gestão do recurso deve proporcionar usos múltiplos; define-se a bacia hidrográfica como unidade territorial institucional do PNRH e de atuação do SNGRH. A gestão da bacia hidrográfica é descentralizada e se constitui a partir da composição da participação do Poder Público, usuários em geral e comunidade através da criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí<sup>8</sup> (DIEL, 2011).

Conforme dados do INCRA/RS, o Assentamento Filhos de Sepé caracteriza-se por ser o maior assentamento da RMPA e do Rio Grande do Sul, com extensão territorial de 9.478,90 ha e capacidade para acomodar 376 famílias em sua área útil, mesmo havendo a presença do RVSBP em seu interior. Até 2011, conforme o INCRA/RS, com a presença de 376 famílias, a organização foi feita através da divisão da área total do terreno do assentamento em quatro setores, para fins de organização interna do assentamento, a qual não existe sob forma jurisdicional. São eles: setores A, B, C e D, sendo o Setor A composto por 112 famílias; o B, por 30; o C, por 115 e o D, por 108. A partir do ano de 2002, essas famílias passaram a denominar cada um dos setores como Sepé Tiaraju (setor A), Milton Baudin (setor B), Novo Horizonte (setor C) e Águas Claras (setor D) (DIEL, 2011).

As famílias que constituem essa unidade do Assentamento Filhos de Sepé são originárias de 115 municípios gaúchos, sendo a maioria desses localizados no Alto Uruguai. Em sua história, os assentados carregam marcas em sua formação como agricultores familiares, proprietários, meeiros e arrendatários ligados ao cultivo de fumo, hortaliças, arroz irrigado, pecuária

---

<sup>8</sup> Criado pelo Decreto Estadual Nº 33.125, de 15/02/1989 e alterado Nº 43.425, de 28/10/04 (SEMA, 2014b, p. s/n).

leiteira, desempregados e atividades em geral (vendedores, motoristas de caminhão, frentistas, domésticas, pedreiros e serventes de obras, etc.) (INFINDHA apud DIEEL, 2011, p.45).

A SEMA (2014)<sup>9</sup> define que a área do assentamento está inserida na bacia hidrográfica do Rio Gravataí. Tal bacia está localizada a leste do Estado do Rio Grande do Sul, a qual se situa entre as coordenadas geográficas 29°45' a 30°12' de latitude Sul e 50°27' a 51°12' de longitude Oeste. A formação geomorfológica da área encontra-se entre as unidades Depressão Central, Planalto Meridional, Escudo Sul-rio-grandense e Planície Costeira. Constitui uma área de 1.977,39 km<sup>2</sup> e população estimada em 1.298.046 habitantes. Abrange os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. Os principais cursos d'água são o Rio Gravataí e os arroios Veadinho, Três Figueiras, Feijó, Demétrio, Arroio da Figueira e Arroio do Vigário. A bacia abrange os banhados do Chico Lomã, Grande e dos Pachecos. Os principais usos da água nesta região são para abastecimento público, diluição de esgotos domésticos e efluentes industriais, além da irrigação de lavouras de arroz.

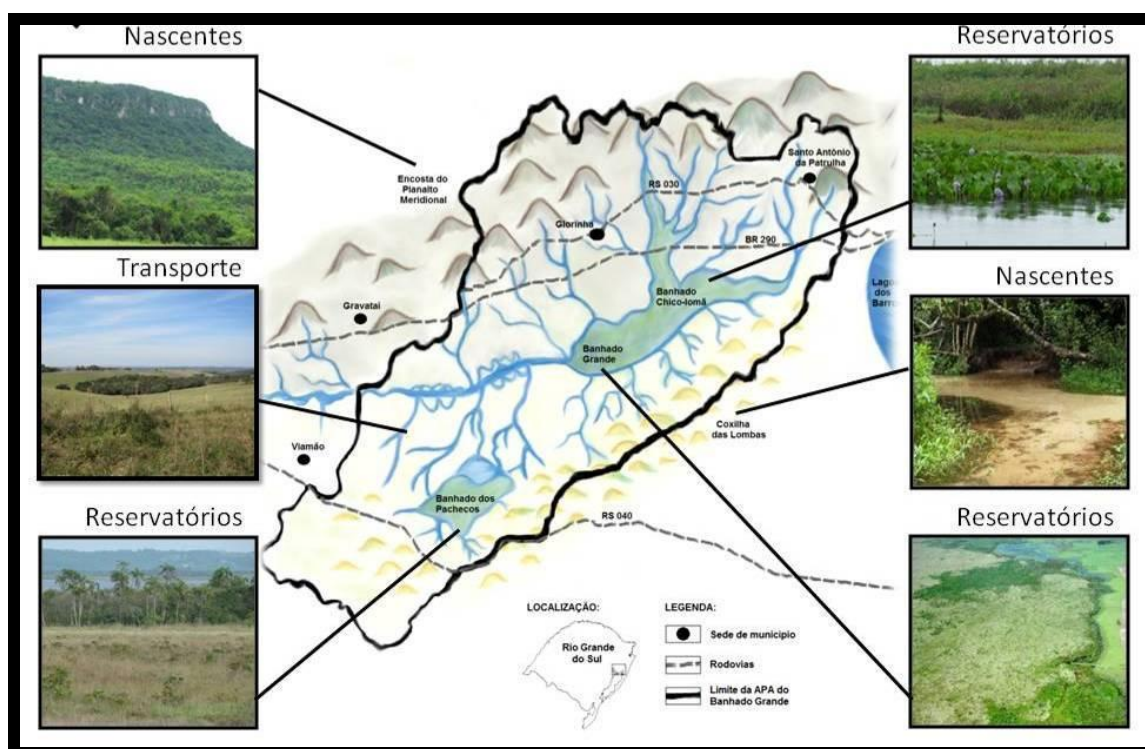
Segundo informações da SEMA (2014d)<sup>10</sup>, a unidade de conservação estadual APA do Banhado Grande abrange parte dos Biomas Pampa e Mata Atlântica, ocupando cerca de 2/3 da bacia hidrográfica do rio Gravataí. A vegetação original predominante é de banhados e matas de restinga sobreposta a solos arenosos da Coxilha das Lombas (região de paleodunas remanescente das transgressões e regressões marinhas). A APA, hoje, possui áreas urbanas e de culturas agropecuárias, predominando o cultivo de arroz. A criação dessa unidade tem por objetivo proteger os banhados formadores do rio Gravataí, sendo eles: Banhado Grande, Banhado do Chico Lomã e Banhado dos Pachecos. Com isso, foram estabelecidas formas de uso compatíveis com o desenvolvimento socioeconômico e com a proteção dos ecossistemas naturais conservados. Os municípios pertencentes a esta unidade de conservação são: Glorinha, Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha. A unidade de conservação ocupa uma área de 136.935 hectares e foi

---

<sup>9</sup> (SEMA, 2014c, p.s/n)

<sup>10</sup> (SEMA, 2014d, p. s/n)

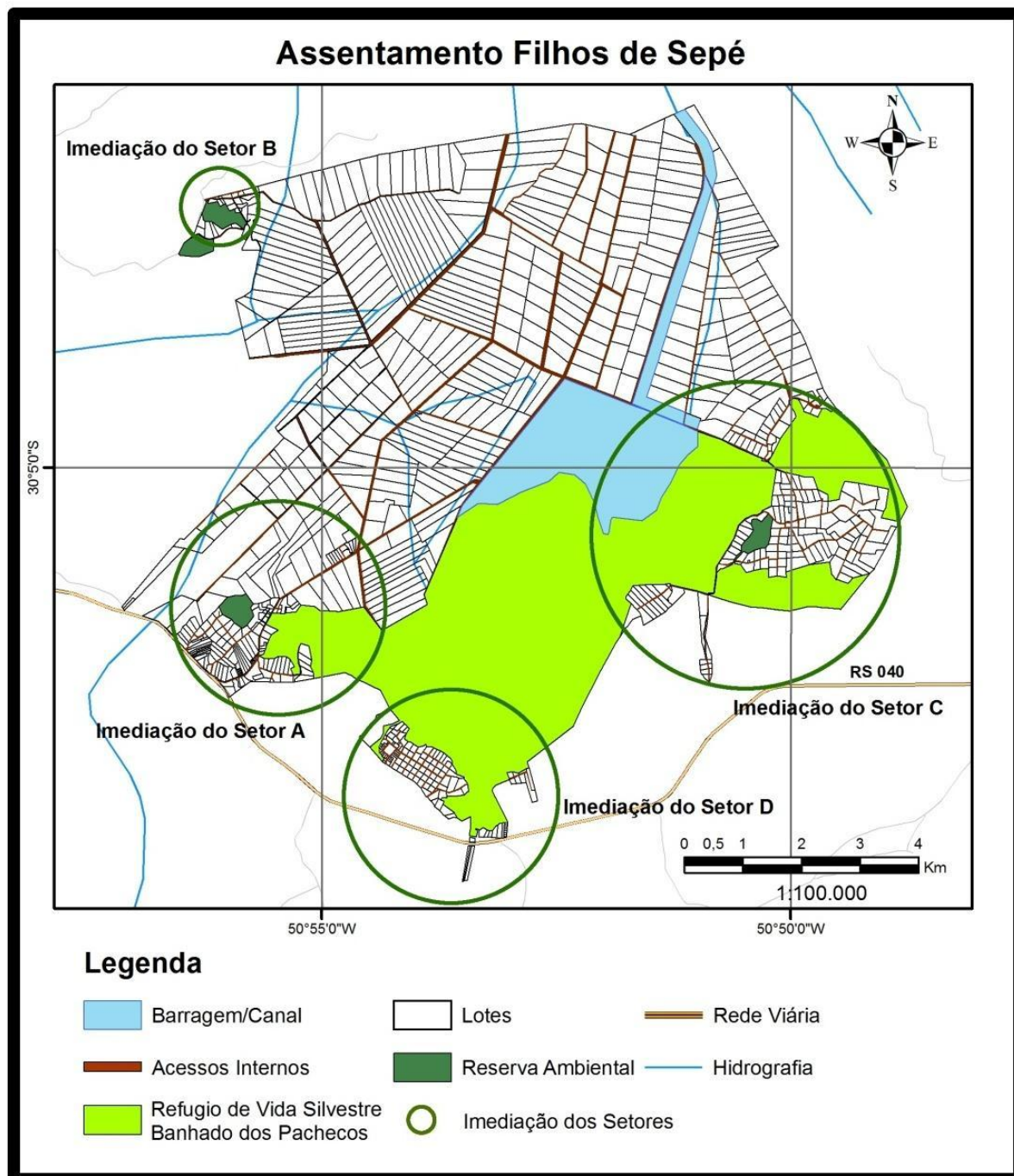
criada pelo Decreto Estadual nº 38.971/1998. Não possui plano de manejo para APA, com exceção do Assentamento Filhos de Sepé. A seguir, constam três figuras. A primeira representa os ambientes da APA, a bacia hidrográfica do rio Gravataí, os banhados e o relevo. A segunda apresenta o mapa de localização da bacia hidrográfica. A terceira figura representa o mapa de localização do Assentamento Filhos de Sepé, área de Refúgio de Vida Silvestre, acessos, barragem, lotes destinados à produção agrícola e agrovilas.



**Figura 1** – APA do Banhado Grande e seus ecossistemas.  
Fonte: SEMA/RS.



**Figura 2** – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.  
 Fonte: SEMA/RS.



**Figura 3** – Assentamento Filhos de Sepé, com área de Refúgio de Vida Silvestre, acessos, barragem, lotes destinados à produção agrícola e agrovilas.  
 Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.4 CARACTERÍSTICAS INFRAESTRUTURAS DO ASSENTAMENTO

Considerando a realidade infraestrutural do assentamento, o diagnóstico PET (2004) apresenta o levantamento de informações quanto aos elementos básicos, como o abastecimento de água potável e rede de esgoto, fornecimento de energia elétrica, conservação das estradas, habitação, etc. A análise se dará considerando a humanização da paisagem.

Uma análise superficial das paisagens humanizadas não permite desvendar as visões dos grupos e a afirmação dos valores que os animam. A multiplicidade de projetos e de interesses que se cruzam, e a diversidade das motivações daqueles que dividem as terras, as cultivam... compõem um objeto complexo, cuja organização não pode ser compreendida senão procedendo-se de uma análise metódica. (CLAVAL, 2001 p.287).

Considerando o cenário em que os sujeitos assentados foram inseridos, há a necessidade de adaptar o ambiente através, por exemplo, da utilização de novas técnicas agrícolas, construções, estradas, etc. A modificação do espaço ocorre para que atenda às necessidades da comunidade que passa a ocupá-lo. Sendo assim, a infraestrutura é uma variável determinante na realidade de vida dos assentados, para que, além da melhoria das condições, o processo de construção de uma nova identidade com este novo lugar possa se iniciar.

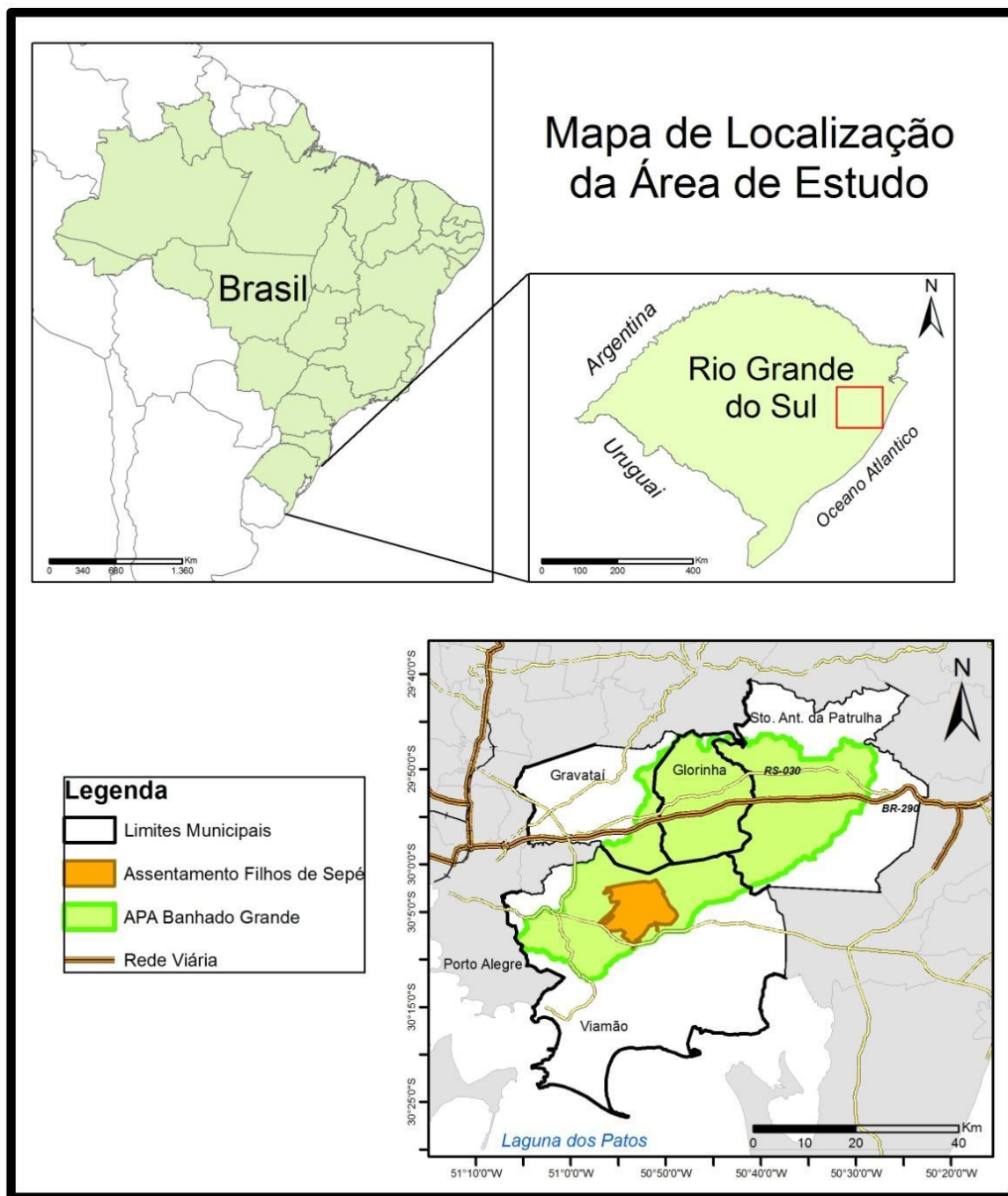
De acordo com informações obtidas em PET (2004) e INCRA/RS (2013), já mencionadas anteriormente, a grande extensão territorial do assentamento foi dividida em quatro setores: A, B, C e D. Somam-se à estruturação no espaço do assentamento as especificidades da paisagem local de cada setor. Desta forma, os lotes, inseridos nos setores, são divididos em: rural (“parte de baixo”<sup>11</sup>), ou seja, a área da várzea própria para o plantio de arroz; e o pararrural<sup>12</sup>, a “parte de cima”<sup>13</sup>, localizado nas colinas, Coxilhas das Lombas, formadas por paleodunas (figura 4).

---

<sup>11</sup> “Área da várzea própria para o plantio de arroz” (PET, 2004, p.33).

<sup>12</sup> “O lote pararrural é uma área de solo arenoso, que se localiza na área de colinas, medindo aproximadamente de 1,2 a 2 hectares. É onde estão as moradias, os galpões e lavouras cultiváveis em pequenas porções de terra e de necessidade mais diária para a subsistência





**Figura 4 –** Mapa de Localização da área de estudo.  
 Fonte: Elaborado pela autora.

como alface, cenoura, temperos, hortaliças em geral, como também as criações: de gado, frango, suínos e outros” (PET, 2004, p.33).

<sup>13</sup> “Localizado nas Colinas ou Coxilhas das Lombas; formada por paleodunas” (PET, 2004, p.33).

Localizado na área de várzea, o setor rural abriga as culturas que exigem maior extensão de terra para o seu plantio, como o arroz. Os quatro setores que compõem o assentamento possuem características que demonstram a conexão com suas origens, expressas na organização e forma de produção.

Conforme PET (2004), o setor A é o que se encontra relativamente próximo da RS-040, considerado como a entrada principal para o assentamento é onde foi construído o Centro de Formação do MST. Neste Centro são realizados eventos, cursos, reuniões que deram outra identidade ao assentamento. Essas atividades também contribuem para a manutenção dos assentados no meio rural: passando a viver em comunidade e a se identificarem como assentados, recuperam sua autoestima e o ânimo para enfrentar e superar as dificuldades de forma solidária.

Ainda, de acordo com PET (2004), o setor B apresenta maior coesão entre os assentados, visto ser um setor pequeno, com poucas famílias na agrovila e com certo isolamento em relação aos demais setores. A dificuldade de acesso devido à precariedade da estrada que leva a esse setor o transforma num dos mais isolados. Apesar disso, as famílias possuem água encanada e energia elétrica. O transporte coletivo ainda é ausente e de difícil acesso.

O setor C, como apresenta PET (2004), encontra-se mais afastado dos demais e também da RS-040. Possui o maior número de famílias e apresenta certa dispersão e grande diferenciação em relação às comunidades de origem, o que provoca algumas dificuldades em sua organização social e espacial. Não se caracteriza pela presença de uma agrovila, uma vez que as casas estão dispersas.

Por sua vez, o setor D, segundo PET (2004), é o que apresenta o maior número de moradias organizadas em agrovila, com acesso direto à rodovia RS-040. Possui energia elétrica e água encanada; no entanto, está muito distante da área de produção de arroz, o que obriga a construção de pequenos galpões junto à lavoura para acampamento durante o plantio. Neste setor destaca-se o grupo de mulheres que desenvolveram o projeto Farmácia Viva, com a utilização de ervas cultivadas no próprio assentamento para produção de

tinturas e remédios caseiros destinados às comunidades, ao assentamento e às feiras e eventos de Reforma Agrária.

A organização interna do Filhos de Sepé assume importância ao revelar realidades com dinâmicas diferenciadas, integradoras ou não, acomodando e rearranjando grupos segundo as suas trajetórias de vida. Cada setor apresenta anseios diferentes e busca alternativas diversas para a resolução dos problemas infraestruturais.

Entretanto, a questão relacionada aos recursos hídricos para a produção de arroz é presente entre todos os setores, embora haja a possibilidade de uso da água da barragem, que é atualmente controlada pelos assentados produtores de arroz agroecológico com o auxílio da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec) do MST<sup>14</sup>.

É importante, portanto, destacar que um assentamento deve ser compreendido como um projeto econômico-social-ambiental que receba também todos os programas de apoio necessários ao seu crescimento. Não basta distribuir terras; fazem-se necessários infraestrutura e apoio técnico (PET, 2004).

---

<sup>14</sup> “A COPTec é uma sociedade cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária, fundada em 1996 com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo da sua trajetória, a COPTec tem suas ações direcionadas à luta em favor dos direitos das famílias assentadas, através da constante assistência técnica voltada à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável” (COPTec, 2014, p. s/n).

#### 4 O ESPAÇO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que o Assentamento Filhos de Sepé é constituído por agricultores oriundos de diferentes lugares, de diferentes regiões, com paisagens diferenciadas desta onde vivem atualmente. A maioria dos assentados vem da Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, e um grupo pequeno vem da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre (PET, 2004). À Noroeste, local de origem da maior parte de assentados, há o predomínio do plantio de soja. Esta soja era para fins de exportação (por vezes em regime de rotação com o milho e/ou pastagens), o processo de produção altamente mecanizado, homogeneizado e com alto valor agregado (PET, 2004). Ainda, segundo o IBGE, esta foi uma das regiões brasileiras que mais teve seus lotes rurais valorizados entre as décadas de 1970 e 1980, devido às dinâmicas de modernização e mecanização, com a lotação de grandes subsídios para tal. Esta prática do cultivo de soja influenciará na forma de adaptação do grupo no assentamento, configurando-se talvez como uma dificuldade inicial para a criação do laço identitário para muitas famílias, tendo em vista que as novas terras para habitação localizam-se num relevo diferente de suas origens.

Já a Mesorregião Metropolitana possui como principal limitação para uso agrícola sua baixa capacidade de drenagem, mas é um fator que favorece o plantio de arroz irrigado (principal cultura da região) e para a horticultura (PET, 2004).

Um fator marcante nesta região é a existência de um assentamento rural em Camaquã, chamado de “Banhado do Colégio”, implantado pelo então governador, Leonel de Moura Brizola, no ano de 1962, em seu plano de “reforma agrária” (cf. PET, 2004, p. 59). Desse assentamento, vieram dez famílias para o assentamento Filhos de Sepé, visto que sua área apresentava uma morfologia similar à do assentamento Banhado do Colégio, além de fazer parte da RMPA, na APA do Banhado Grande, onde se encontram nascentes do Rio Gravataí (RAMOS apud PET, 2004, p.59).

O fato de estar próximo aos centros urbanos, ao mesmo tempo em que se torna vantajoso para o escoamento da produção agrícola e venda direta nos mercados consumidores, pode ser prejudicial à permanência na terra (cf. PET, 2004, p.59). A atração urbana pode ser um agente catalisador do êxodo rural, otimizada pela proximidade de uma grande metrópole, o que, no caso, levaria ao abandono dos lotes pelos assentados.

Considerando a paisagem como sendo a materialização expressa das relações do homem com a natureza num espaço definido, é possível configurar que este conceito perpassa a observação das formas ao alcance da visão humana. Para Troll (apud SUERTEGARAY, 2001, s/n) a análise poderia ser feita a partir da sua forma, enquanto configuração, e de sua função, enquanto variáveis econômicas e culturais, resultando das relações estabelecidas entre o Homem e os elementos presentes no meio. Segundo Milton Santos (1997), paisagem é a interpretação do que está materializado no espaço geográfico, configurando esta interpretação como forma; nesse sentido, nos traz a ideia de que a paisagem constitui um sistema de objetos no espaço geográfico. A paisagem carrega as marcas do passado para o presente, demonstrando sua transtemporalidade. De acordo com Claval (1999), na perspectiva cultural, a paisagem

[...] dedica-se, assim, tanto à maneira pela qual as paisagens herdadas são permanentemente reelaboradas por aqueles que as habitam (Ghorra-Gobin, 1994), como a gênese dos traços mais espetaculares da organização do espaço. As formas visíveis reportam-se, frequentemente, a uma ordem funcional fóssil. Penetra-se verdadeiramente na intimidade das culturas, debruçando-se sobre a vida cotidiana das pessoas e a maneira como empregam o espaço, revestem-no, marcam-no de signos novos ou reinterpretem-no nas cerimônias. Termina-se por compreender a lógica dos grupos, questionando-se, também, sobre o local destinado aos mortos e sobre o que pode ser considerado como marca do passado sacralizado." (CLAVAL, 1999, p.312).

A nova paisagem do assentamento, aos olhos do assentado, é vista como um novo lugar. Sendo assim, há a necessidade de um período para que aconteça sua adaptação, a fim de que, com o passar do tempo e do cotidiano,

possa ser gerada uma nova relação de existência e, conseqüentemente, uma nova identidade.

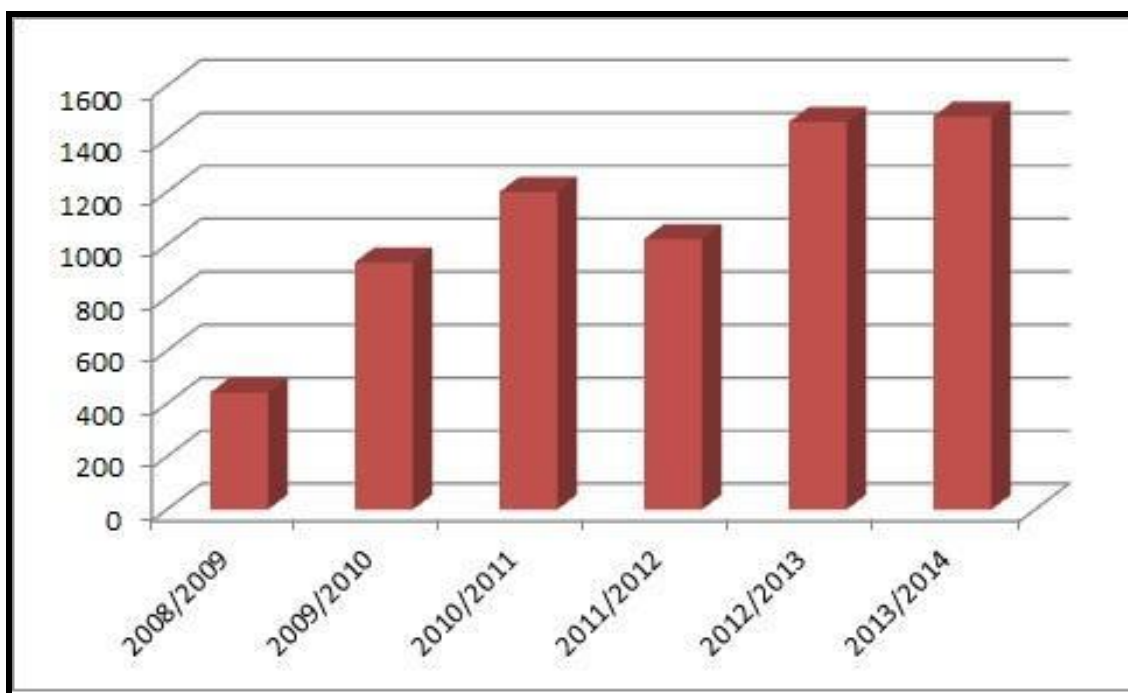
Quanto aos dados a seguir, apresentados neste capítulo, buscaram-se informações quanto ao processo inicial da criação do assentamento e informações recentes. Estas informações foram retiradas do diagnóstico do PET do ano de 2004 e do banco de dados da COPTec, o SIGRA, disponibilizados aos estudos de extensão rural. Salienta-se que as informações do SIGRA são referenciadas pela unidade total, o assentamento, também referido por PA Viamão.

#### 4.1 CULTIVOS AGRÍCOLAS

No que diz respeito às técnicas de produção do arroz, no assentamento já foram desenvolvidas três diferentes práticas de cultivo: o convencional, o semidireto e o pré-germinado. No entanto, desde a intervenção do Ministério Público (MP) na safra de 2008/2009, foi exigida totalidade de plantio agroecológico, que tem como única prática o sistema pré-germinado.

A técnica de plantio do arroz pré-germinado é a mais indicada para ser utilizada em uma APA, embora exija mais mão de obra e maior técnica na preparação do solo e, principalmente, no manuseio da água. O setor D foi pioneiro na utilização dessa prática (PET, 2004).

De acordo com informações coletadas por INCRA/RS e a COPTec entre os anos de 2008 a 2014, e organizadas pelo NEAG, no gráfico a seguir a área plantada de arroz orgânico passou de 442,28 ha para 1.484,90 ha, o que demonstra um crescimento da produção, conforme é possível observar no Gráfico 1. No período entre 2008 e 2011, há um crescimento na produtividade. Na safra de 2011/2012, há um decréscimo em relação à safra anterior, arriscando-se justificar pelo fato de ter havido, na safra anterior, o confisco da produção por parte do MP. A partir da safra de 2012/2013, já se percebe novamente uma estabilidade e aumento gradual da produção.



**Gráfico 1** – Arroz agroecológico – Área plantada (ha) no Assentamento Filhos de Sepé.  
Fonte: COPTec; INCRA/RS (2014). Org. – NEAG (2014).

A tabela a seguir apresenta os dados atuais de produção de grãos no assentamento. Os cultivos com maior destaque na produção são o arroz e o milho.

**Tabela 2** – Cultivos agrícolas: área e produção - grãos

GRÃOS	REGISTROS	SC AREA(SOMA)	PRODUCAO(SOMA)
AMENDOIM	3	0	60
ARROZ	130	1.402	3.993.760
FEIJAO	16	8	851
MILHO	23	35	12.500
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>1.446</b>	<b>4.007.171</b>

Fonte: SIGRA (2014)

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o INCRA (1996) destacam que o município de Viamão tem sua vocação para produção de hortaliças, e esse cultivo se desenvolveu nas partes mais altas, junto às moradias. Seu retorno é em curto prazo e gera rapidamente um excedente a partir de sua comercialização.

Conforme informações obtidas em entrevista, o cultivo de hortaliças não é apenas importante para as famílias assentadas enquanto alimento, mas, sobretudo, pode se constituir como fonte de renda devido à fácil colocação dos

produtos nas feiras locais de Águas Claras e Viamão. Também são produzidas frutas, com destaque para o caqui, segundo informações dos assentados entrevistados. A seguir, são encontradas informações atuais de produção da horta, pomares, raízes e tubérculos no assentamento. Destacam-se as produções de alface, couve, bergamota, caqui, batata doce e mandioca.

**Tabela 3 – Cultivos agrícolas: área e produção – horta, pomar, raízes e tubérculos.**

		CULTIVOS AGRÍCOLAS – ÁREA E PRODUÇÃO		
		REGISTROS	SC AREA(SOMA)	PRODUCAO(SOMA)
		FAMÍLIA		
HORTA	ABOBRINHA DE TRONCO	2	1	1.570
	AGRIÃO	2	1	1.000
	ALFACE	21	30	123.083.204
	BERINGELA	2	0	20
	BETERRABA	1	0	160
	BROCOLIS	2	1	10.080
	CHICORIA	1	0	2.430
	COUVE	10	4	94.028.600
	COUVE FLOR	2	0	11.520
	HORTA	1	0	0
	MOSTARDA	1	0	0
	PIMENTÃO	1	0	30
	POLICULTIVO	12	6	0
	RABANETE	2	0	0
	REPOLHO	2	0	4.800
	RUCULA	4	1	2.593
	SALSA	2	0	2.410
	TOMATE	1	0	10
	Total	69	49	217.148.427
POMAR	ACEROLA	2	1	0
	AMEIXA	1	0	0
	ARACA	1	0	0
	BERGAMOTA	3	2	0
	BERGAMOTA	10	1	1.020
	CAQUI	21	13	1.060
	FIGO	1	0	0
	GOIABA	11	3	500
	JABUTICABA	3	1	0
	LARANJA	24	10	920
	LIMA	1	0	0
	LIMÃO	4	0	0
	MANGA	3	0	0
	MARMELO	1	0	0
	PERA	2	0	0
	PESSEGO	7	2	350
	PITANGA	1	0	0
	POLICULTIVO	8	3	400
	ROMA	1	0	0
	UVA	4	1	0
	Total	109	43	4.250
RAIZES E TUBERCULOS	BATATA DOCE	42	18	29.803
	BATATA YACON	1	0	0
	MANDIOCA	52	36	49.700
<b>TOTAL</b>		<b>95</b>	<b>55</b>	<b>79.503</b>

Fonte: SIGRA (2014)



## 4.2 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Também é de grande importância para assentamento a criação de gado leiteiro, com uma média de dois animais por família. O excedente da produção de leite é utilizado para a produção de queijo, o qual é comercializado nas feiras agroecológicas do município. A criação de gado leiteiro e de corte é dificultada pela área exigida para o desenvolvimento dessa atividade. As pequenas áreas próximas das agrovilas não possuem pastagens apropriadas, e as áreas mais propícias estão bastante distantes ou dentro da APA. O gado confinado também não é viável, devido ao alto custo das rações, conforme Informações obtidas em entrevista com os assentados (PET, 2004).

A tabela a seguir apresenta dados de gado de leite e de corte no assentamento. Na produção leiteira se destaca a produção total de 12.001 litros a 36.000 litros/ano. A produção comercial de corte se destaca pelo índice de 11.406 cabeças produzidas num grupo de 43 famílias.

**Tabela 4 – Bovinocultura – Leite**

	<b>I - ATE 3000 L/ANO</b>	<b>II - 3001 A 12000 L/ANO</b>	<b>III - 12001 A 36000 L/ANO</b>	<b>IV - 36001 A 75000 L/ANO</b>	<b>Total</b>
Registros	215	27	7	1	250
Autoconsumo(Soma)	36.057	40.535	2.464	2.016	81.072
Processado(Soma)	11.697	57.560	75.788	16.800	161.845
Uso Lote(Soma)	59.901	27.309	14.812	2.016	104.038
Venda	5.408	11.520	61.603	16.800	95.331
Propriedade(Soma)					
Entrega	38	4.010	0	0	4.108
Domicilio(Soma)					
Feira Livre(Soma)	390	0	0	0	690
Atravessador(Soma)	0	0	0	0	0
Pequenos	0	0	10.800	0	10.800
Mercados(Soma)					
Redes Varejo(Soma)	0	0	0	0	0
Cooperativas(Soma)	1.080	0	0	0	1.080
Industria(Soma)	0	0	0	0	0
<b>Produção Total(Soma)</b>	<b>107.299</b>	<b>144.294</b>	<b>165.269</b>	<b>37.632</b>	<b>454.494</b>

Fonte: SIGRA (2014)

**Tabela 5 – Bovinocultura – Corte**

	<b>REGISTROS FAMÍLIA</b>	<b>PRODUÇÃO COMERCIAL(SOMA)</b>
I - ATE 5 CABECAS	60	3
II - DE 6 A 10 CABECAS	38	6.027
III - DE 11 A 20 CABECAS	43	11.406
IV - DE 21 A 40 CABECAS	28	143
V - ACIMA DE 40 CABECAS	9	152
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>	<b>17.731</b>

Fonte: SIGRA (2014)

A tabela a seguir apresenta dados de aves, ovelhas e abelhas no assentamento. Destaca-se a produção total de carnes e ovos de aves. Na produção de lã de ovelha destaca-se o grupo de do total de sete famílias produtoras e na produção de carne o grupo de nove famílias.

**Tabela 6 – Avicultura, Ovinocultura e Apicultura.**

<b>PRODUÇÃO CARNE E OVO GALINHA</b>	<b>REGISTROS FAMÍLIA</b>	<b>CARNE(SOMA)</b>	<b>OVOS(SOMA)</b>
PA VIAMAO	233	7.877	11.987
<b>PRODUÇÃO LA E C ARNE OVINOCULTURA</b>	<b>REGISTROS FAMÍLIA</b>	<b>OVI LA(SOMA)</b>	<b>OVI CARNE(SOMA)</b>
I - ATE 5 CABECAS	39	0	250
II - DE 6 A 10 CABECAS	9	12	668
III - DE 11 A 20 CABECAS	7	30	440
Total	55	42	1.358
<b>APICULTURA – FAMÍLIA E PRODUÇÃO</b>	<b>REGISTROS FAMÍLIA</b>	<b>COLMEIAS(SOMA)</b>	<b>PRODUCAO(SOMA)</b>
I - ATE 4 COLMEIAS	28	71	1.025
II - DE 5 A 10 COLMEIAS	21	139	1.412
III - DE 11 A 20 COLMEIAS	8	114	1.210
IV - DE 21 A 40 COLMEIAS	2	62	940
V - ACIMA DE 40 COLMEIAS	2	92	1.000
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>478</b>	<b>5.587</b>

Fonte: SIGRA (2014)

Na tabela a seguir são encontrados dados de locais de comercialização das produções de artesanato, chimias, geleias, doces e conservas, derivados de apicultura, massas, panificados, processados de cana e leite no assentamento. Destacam-se para o escoamento da produção as feiras livres, mercados, autoconsumo e na venda direta nas propriedades das famílias produtoras.

**Tabela 7 – Alimentos e Agroindústria.**

<b>RESUMO</b>		<b>REGISTROS FAMÍLIA</b>
ARTESANATO		1
	FEIRA LIVRE	2
	NA PROPRIEDADE	3
	OUTRO	2
	PEQUENOS MERCADOS	1
	REDES DE VAREJO	2
	<b>Total</b>	<b>11</b>
CHIMIAS, GELEIAS, DOCES E CONSERVAS	AUTOCONSUMO	4
	FEIRA LIVRE	1
	OUTRO	1
	<b>Total</b>	<b>6</b>
DERIVADOS DA APICULTURA		1
	NA PROPRIEDADE	1
	OUTRO	1
	<b>Total</b>	<b>3</b>
MASSAS	AUTOCONSUMO	1
	FEIRA LIVRE	1
	<b>Total</b>	<b>2</b>
PANIFICADOS		3
	AUTOCONSUMO	2
	FEIRA LIVRE	4
	NA PROPRIEDADE	2
	OUTRO	1
	PEQUENOS MERCADOS	1
	<b>Total</b>	<b>13</b>
PROCESSADOS DE CANA	NA PROPRIEDADE	1
	<b>Total</b>	<b>1</b>
PROCESSADOS DE LEITE		2
	ATRAVESSADOR	1
	AUTOCONSUMO	6
	FEIRA LIVRE	1
	NA PROPRIEDADE	27
	OUTRO	5
	PEQUENOS MERCADOS	1
	<b>Total</b>	<b>43</b>
<b>TOTAL</b>		<b>79</b>

Fonte: SIGRA (2014)

#### 4.3 A REALIDADE AMBIENTAL E A ÁREA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Alterações na dinâmica e no equilíbrio da biosfera, decorrentes de processos e formas de uso dos elementos naturais, têm desencadeado situações de instabilidade. Conforme PET (2004), no município de Viamão, o processo de desenvolvimento econômico provocou a drenagem de banhados e afluentes para a ampliação das áreas utilizadas pelas lavouras de arroz. As consequências deste feito são percebidas em épocas de estiagem.

Segundo PET (2004, p. 110), “O rio Gravataí apresenta um comportamento hidrológico atípico: não possui uma nascente bem definida”. Seus afluentes têm seu fluxo interrompido por açudes. Ocorre ainda, conforme PET (2004), redução de precipitação na área central da bacia, região do Banhado Grande (Banhado Chico Lomã), devido ao curso inferior do leito do rio ser praticamente horizontal, represando o fluxo de águas para o Lago Guaíba.

Em 1979, fundou-se a Associação de Preservação da Natureza – Vale do Gravataí (APN-VG) para solucionar o problema constante, na época, de falta d’água para o abastecimento da população, para a irrigação e para a indústria. A associação, em parceria com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado, interrompeu as drenagens realizadas no Banhado Grande (PET, 2004).

Em 1989, fundou-se o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Gravataí por intermédio do projeto de recuperação do Lago Guaíba (Pró-Guaíba). Esse comitê instituiu ações de recuperação do rio Gravataí, dentre as quais estão incluídas as APAs e suas nascentes. A criação da APA do Banhado Grande é uma conquista do Comitê do Gravataí. Proteger a área de localização desta APA tem por objetivo garantir a vazão mínima no rio e a melhoria da qualidade das águas (PET, 2004).

De acordo com informações obtidas no diagnóstico PET (2004), a área atualmente ocupada pelo Assentamento Filhos de Sepé, de aproximadamente 9.500 ha, antiga propriedade da INCOBRASA, no momento da promulgação da APA, nos termos do Decreto 37.618, estaria totalmente inserida no conjunto da APA do Banhado Grande. Foi determinado que todo o futuro uso agrícola a ser realizado nesta área seria, então, supervisionado pelo Departamento dos Recursos Naturais Renováveis (DRNR) (PET, 2004). De acordo com a SEMA, a APA caracteriza-se por ser uma categoria de unidade de conservação com o objetivo de conservar a diversidade de ambientes, de espécies, de processos naturais e do patrimônio natural, para a melhoria da qualidade de vida através de atividades socioeconômicas da região. Esta proposta deve envolver, necessariamente, um trabalho de gestão integrada, com participação do Poder Público e dos diversos setores da comunidade (PET, 2004).

A legislação se faz necessária como forma de argumentar a ação do INCRA/RS e do MP em relação à sua intervenção no assentamento, impondo a agricultura orgânica como única forma de produção. Cabe aqui o destaque à informação sobre agriculturas de bases ecológicas (orgânica, biológica, natural, biodinâmica, etc), dentre as quais esta dissertação se refere, destacando-se referências na legislação brasileira sobre a agricultura orgânica. A informação é a de que a agricultura orgânica é vista como representante das demais correntes de agriculturas de base ecológica. A lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências, apresenta no parágrafo segundo do artigo primeiro que o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial “abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei”.

Conforme o sistema de gerenciamento das unidades de conservação determinado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as secretarias estaduais e municipais constituem-se como órgão executor, com a função de executar as suas determinações. Sendo assim:

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Rio Grande do Sul foi criado pelo Decreto nº 34.256/1992 e regulamentado pelo Decreto nº 38.814/1998, sendo constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação estaduais e municipais (SEMA, 2014e, p. s/n).

Entende-se que:

Unidade de Conservação é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”, de acordo com a definição presente na Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (regulamentação pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22/08/2002) (SEMA, 2014e, p. s/n).

As definições estabelecidas no SNUC legitimam cenários contraditórios.  
Segundo Sant’Anna:

[...] os socioambientalistas pretendem que seu modelo seja descentralizador do poder de decisão, sendo a criação e gestão das unidades partilhadas com organizações não governamentais, representantes das comunidades locais e das populações tradicionais. Baseiam-se na noção de que através da participação da sociedade civil é possível alcançar maior sucesso no empreendimento da conservação (SANT'ANNA, 2003, p.117).

Esse formato propõe uma ação horizontal, com uma organização estrutural na qual todos os envolvidos são parte ativa do processo. Todos irão gerir o espaço através das contribuições coletivas, expressando a marca dos seus saberes. Em contraposição, os socioambientalistas consideram “o modelo dos conservacionistas [...] centralizador, atribuindo ao Estado e aos órgãos ambientais do governo a prerrogativa de decidir, criar e gerir as áreas de conservação. Ações e poderes hierarquizado e vertical” (SANT'ANNA, 2003, p.117). Essa perspectiva conservacionista demonstra a imposição da lei sobre a realidade, ao mesmo tempo em que a desconsidera. É necessário obedecer às diferentes instâncias de poder do governo para ser contemplado conforme a lei, o que não significa que a realidade local esteja sendo respeitada em sua legitimidade.

Conforme o Diagnóstico Sociocultural e de Percepção Ambiental do Assentamento Filhos de Sepé (PET, 2004, p.112):

O Art. 7 do Decreto nº 88.351, de 01.06.83, regulamentado pela Resolução CONAMA nº 010, de 14.10.88, em seu Art. 2 e demais dispositivos, diz: Visando atender aos seus objetivos, as APAs terão sempre um zoneamento ecológico-econômico. O zoneamento, portanto, estabelecerá normas de uso de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras. As APAs, sendo Reservas Ecológicas públicas ou privadas (proprietários de áreas rurais e assemelhados), assim consideradas de acordo com o Decreto nº 89.336, de 1984, deverão possuir áreas que venham a constituir Zonas de Preservação de Vida Silvestre. Nelas serão proibidas as atividades que importam na alteração antrópica da biota.

É de responsabilidade da SEMA/RS, desde a sua criação, a APA do Banhado Grande, onde se encontra o Assentamento Filhos de Sepé. Essa

secretaria é responsável por criar o plano de manejo, o qual tem por finalidade estabelecer os parâmetros de uso das áreas protegidas.

#### 4.4 O REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE

Segundo PET (2004), em 24 de abril de 2002, através do decreto nº 41.559, foi criado o Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (RVSBP). O refúgio caracteriza-se por ser uma unidade de conservação do tipo proteção integral, o qual impede qualquer tipo de uso. A área compreende uma extensão de 2543,4662 ha e está localizada no interior da APA do Banhado Grande, ao mesmo tempo em que abrange parte da Barragem (PET, 2004).

A área do refúgio foi cedida pelo INCRA/RS à SEMA, conforme Termo de Cessão de Uso em 21 de fevereiro de 2002, permanecendo a secretaria responsável pela área. A relevância ecológica dessa área dá-se em função da biodiversidade de fauna e flora, além de espécies com ameaça de extinção (PET, 2004).

Conforme o Diagnóstico Sociocultural e de Percepção Ambiental do Assentamento Filhos de Sepé (PET, 2004), a implantação do refúgio ocorreu através da assinatura de um Termo de Compromisso entre a SEMA e a Souza Cruz (Indústria de Cigarros de Santa Cruz/RS). A partir da multa à unidade produtora, a secretaria passa a receber recursos financeiros para a contratação de pessoal, aquisição de bens, elaboração de material educativo, levantamento fotográfico, entre outros, como contrapartida pela permissão da instalação de uma nova unidade fabril da Souza Cruz na RMPA (PET, 2004).

O RVSBP constituiu um enclave dentro do assentamento, uma vez que os assentados se sentiram excluídos do seu processo de criação e de construção. Os assentados não o percebem como parte integrante do assentamento, visto serem impedidos de qualquer tipo de atuação dentro do refúgio, inclusive no uso das instalações ali construídas (PET, 2004).

Há a necessidade de adaptação por parte dos assentados no que se refere a determinadas características ambientais, tendo em vista que suas

atividades desenvolvidas no antigo local de moradia eram cultivos de milho, trigo e soja. Na área do assentamento, já que as características ambientais são diferentes, os assentados adotam novas práticas de cultivo e de organização socioespacial. Uma alternativa para superação das dificuldades de adaptação é o trabalho coletivo, tanto no momento da produção quanto na efetivação das infraestruturas necessárias.

Existem grandes diferenças quanto à forma de produzir no assentamento – coletiva, individual ou cooperativada. Neste caso, no assentamento existem essas três formas, sendo as mais expressivas na forma coletiva para a produção e cooperativa na comercialização. Conforme informações obtidas em (PET, 2004), o Município de Viamão já possui um histórico de ocupação das áreas de várzeas desde a década dos anos 70 para o cultivo de arroz. Portanto, a partir desta época, profundas alterações foram estabelecidas sobre este meio, tais como drenagens de solos, terraplanagens, canalizações, etc; a própria construção da barragem existente dentro do assentamento é um exemplo disso. Ainda assim, mesmo com tantas alterações, existem ainda áreas em considerável condição de preservação, tanto da flora como da fauna. Esta situação nos remete à ausência de um Plano de Manejo da APA do Banhado Grande, embora o assentamento possua seu plano de manejo sob a orientação da COPTEC e dos técnicos do INCRA. Infraestruturas instaladas, como a barragem, já estão “harmonizadas” ao meio, e seu uso e manuseio podem ter grandes impactos sobre essa estabilidade. São problemas que têm como resultados a degradação deste ambiente e o incentivo ao desrespeito de leis ambientais, pouco conhecidas. Enfim, é uma grande falta de um governo que tanto cobra a preservação (PET, 2004).



## 5 A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

O assentamento é constituído de famílias produtoras de alimentos agroecológicos. Neste contexto, a agricultura familiar, agricultura alternativa e seus desafios e a certificação dos produtos serão abordados a seguir.

### 5.1 PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A busca por respostas em uma pesquisa perpassa pelo entendimento de uma série de questões relacionadas ao longo do processo de estudo do tema abordado. Nesse sentido, ao nos depararmos com nosso objeto de análise, o Assentamento Filhos de Sepé, temos, já no primeiro momento, a clareza de que estamos falando de um local ocupado por famílias de agricultores assentados. Também, ao escolher essa área de estudo, visando aos objetivos propostos para análise, tivemos o cuidado de buscar um local que tivesse na agroecologia as bases de sua produção. Dessa forma, inicialmente, buscaremos explicar nosso entendimento dos termos agricultura familiar, agroecologia e agricultura alternativa, para então demonstrar por que a agroecologia possui relação com a agricultura familiar.

Para entendermos melhor essa forma de produção, definida como agricultura familiar, Blum (2001) chama atenção para alguns detalhes a serem considerados, tais como a gerência da unidade produtiva familiar; renda agrícola proveniente de, no mínimo, 80% da atividade agrícola; contratação de trabalhos assalariados, com frequência constante, caracterizando-se quase como de forma permanente, mas limitados a um empregado ou trabalho temporário, limitado a quatro empregados; além da necessidade de observação da extensão territorial.

Em Brose (1999), também encontramos uma definição de agricultura familiar. O autor coloca que a FAO define agricultura familiar a partir de três características:

[...] a) a gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento; b) a maior parte do trabalho é realizada por membros da família; c) os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família (BROSE, 1999, p. 36).

Portanto, para que uma unidade de produção familiar seja caracterizada como tal, é necessário que ao menos 75% da força de trabalho provenha da família do proprietário e apenas 25% sejam trabalhadores contratados, podendo estes ser trabalhadores temporários. Estas características são citadas por Blum (2001, p.62):

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura cuja força de renda (+ 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Já a FAO/INCRA (1996) procura demonstrar que existem algumas diferenças entre unidades produtivas de base familiar, e as distingue em três tipos: a unidade familiar, a empresa ou unidade de produção familiar consolidada e a unidade familiar de produção periférica. A primeira, em transição, que produz com pouca ou nenhuma disponibilidade de capital (ficando, portanto, sujeita às crises e aos mercados), opera com baixo nível de capital de exploração e comercialização, força de trabalho essencialmente familiar, com produção diversificada em pequena escala, comercializando apenas o excedente e possuindo área inferior ao módulo rural; a segunda é a empresa ou unidade de produção familiar consolidada, que mantém nível de capital de exploração, produzindo intensivamente poucas linhas de produção, com base na força de trabalho familiar, priorizando a produção para o mercado e com área igual ou superior ao módulo regional; a terceira, que é a unidade familiar de produção periférica ao sistema vigente, segue o critério de maximização de relações benefício custo e tem que se submeter a esquemas financeiros através de grandes comerciantes, cooperativas ou agroindústrias, garantindo apenas sua sobrevivência e da família rural.

Para Wanderley, “o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (2009, p.156). O autor destaca, também, que todo o investimento familiar na sua unidade de produção, feito em recursos materiais e de trabalho, serão transmitidos para as próximas gerações, dando-lhes, de certa forma, a garantia de sobrevivência (WANDERLEY, 2009). Assim, as famílias no assentamento se orientam para a transmissão às próximas gerações, a médio ou longo prazo, dos saberes constituídos e aprimorados a partir do contato com seu novo território e suas novas formas de produzir.

Esses assentados, na forma de compreender suas atribuições enquanto agricultores familiares, atendem ao conceito estabelecido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O MDS (2014, p.s/n) conceitua agricultura familiar como sendo:

uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado MDS (2014, p.s/n).

Fica claro que o agricultor familiar busca no passado saberes tradicionais que serão transmitidos aos seus filhos. Wanderley (2009) coloca que esses agricultores familiares possuem uma cultura própria, uma tradição, inspiradora de regras de parentesco, de herança e de formas de vida local.

## 5.2 AGRICULTURA ALTERNATIVA E SEUS DESAFIOS

O estudo sobre agroecologia proposto por Altieri (2009) apresenta técnicas de produção no panorama agroecológico para superar os desafios apontados por Assad e Almeida (2004). Muitos desafios devem ser enfrentados no sentido de tornar as práticas agrícolas mais sustentáveis através de atividades que sejam desenvolvidas pela maioria dos agricultores familiares assentados. Assad e Almeida (2004) destacam que estes desafios se relacionam às questões ambientais, econômicas, sociais, territoriais e

tecnológicas. Soma-se a essa análise a comparação aplicada à realidade do Assentamento Filhos de Sepé.

Segundo Assad e Almeida (2004, p.7), o desafio ambiental busca soluções alternativas dentro do próprio sistema de produção, adaptadas ao ambiente, reduzindo o uso ou a dependência de insumos externos e de recursos não renováveis. Esta realidade surge devido aos impactos ambientais derivados da ação agrícola, já que a vegetação do ambiente natural será alterada para que outra realize o efeito de contenção, no intuito do desenvolvimento da produção, visando à lucratividade econômica. No assentamento, a forma de produção determinada pelo INCRA/RS é a agroecológica, em virtude da existência da APA do Banhado Grande, onde está localizada a bacia do rio Gravataí. Destaca-se que o assentamento tem sua área total no interior desta APA.

O desafio econômico, segundo Assad e Almeida (2004, p.7), está em manter um produto agrícola competitivo no mercado, considerando os seus mecanismos de produção e cultivo, reduzindo desperdícios e aumentando, de forma gradual, seu valor agregado. O produto do assentamento – no caso, o arroz agroecológico –, permite que o solo mantenha seus nutrientes, preservando a integridade natural do ambiente local. Sendo assim, sua produtividade hoje é superior, em relação ao início da instalação do assentamento (quinze anos de existência e produção). O fato de o produto ser agroecológico já atrai o consumidor que está em busca de uma alimentação saudável. Em especial, no caso do Assentamento Filhos de Sepé, parte da comercialização dos produtos é feita de forma direta, em feiras, e outra parte é destinada aos programas federais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Lei nº 11.947/2009). Essa relação direta estabelece laços de confiança, pois o consumidor pode interagir, sanando suas curiosidades sobre o produto. A ausência de insumos químicos e a relação direta produtor-consumidor agregam valor ao produto do assentamento (Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011)<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Capítulo III, Art. 17. Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento)

De acordo com Assad e Almeida (2004, p.7), o desafio social está posto quando se observa o panorama da dinamicidade das relações humanas diante das necessidades, tanto do processo de produção quanto do produtor. A agricultura absorve a mão de obra dos trabalhadores, diretos e indiretos, fator que contribui para a fixação destas pessoas no local, minimizando os fluxos migratórios do campo para a cidade. Sendo assim,

[...] esse desafio consiste em adotar sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural e que este disponha de condições dignas de trabalho, com remuneração compatível com sua importância no processo de produção. [...] Considerando ainda que o contexto social não seja uma externalidade de curto prazo no processo produtivo e, portanto, do desenvolvimento, é necessário construir novos padrões de organização social da produção agrícola por meio da implantação de reforma agrária compatível com as necessidades locais e da gestação de novas formas de estruturas produtivas (ASSAD; ALMEIDA, 2004, p. 7-8).

O assentamento é uma materialidade no espaço representativo do processo de inserção deste agricultor na dinâmica social, tendo em vista ser fruto de uma ação do processo de reforma agrária no Estado. Além disso, contribui com o processo de fixação da população rural, minimizando os fluxos migratórios em direção aos centros urbanos.

O desafio territorial, conforme Assad e Almeida (2004, p.8), está na variedade plural e multifuncional que o espaço rural pode vir a construir a partir da integração agrícola de suas atividades desenvolvidas. Os assentados, originários de diferentes municípios, conseguiram se estabelecer e permanecer neste novo lugar a partir da criação de uma nova concepção da relação de trabalho com a forma de produção neste novo espaço rural. Em termos de diversificação de produtos, o assentamento dispõe, além da produção de arroz, de hortifrutigranjeiros e pecuária, de um artesanato liderado por diferentes grupos de mulheres, conforme o setor e o tipo de produção, constituindo entre eles o Grupo Mulheres da Terra.

Ainda, segundo Assad e Almeida (2004, p.8), o desafio tecnológico está em se desenvolver novos processos produtivos, nos quais as tecnologias utilizadas no processo de produção/produtividade sejam adequadas ao ambiente, minimizando os impactos gerados. O Assentamento Filhos de Sepé, dentre outras descobertas tecnológicas, ampliou sua produtividade de arroz agroecológico através do controle do uso da água nas diferentes etapas do processo produtivo, muito embora tenha em sua área uma barragem com uma superfície de 1 000 ha.

De acordo com Assad e Almeida (2004, p.8) a complexidade dos desafios é proporcional tanto aos limites da natureza quanto ao domínio das técnicas da atividade agrícola a ser desenvolvida. A superação se dará, a médio prazo, a partir do conhecimento adquirido sobre o meio, tanto em seus aspectos físicos e biológicos quanto em seus aspectos humanos. Para que a produção agrícola desenvolvida no Assentamento Filhos de Sepé se tornasse efetivamente sustentável, houve a necessidade de uma busca de equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. Com isso, há a preservação e ampliação da biodiversidade, ocorrendo, então, cobertura vegetal para a proteção do solo; produção de alimentos e outros produtos para o mercado; uso eficaz dos recursos locais; conservação do solo e dos recursos hídricos; controle biológico de pragas; habitat para os animais nativos (RVSBP); múltiplo uso territorial e, finalmente, uma produção agrícola sustentável sem insumos químicos que possam degradar o ambiente. Segundo Moreira e Carmo (apud HESPANHOL, 2008),

A concretização da agroecologia não se dará com facilidade, [...] pois pressupõe um enfrentamento político com os interesses econômicos que dominaram o desenvolvimento do capitalismo industrial na agricultura durante os últimos 130 anos (MOREIRA; CARMO apud HESPANHOL, 2008, p.128).

Na perspectiva de soluções aos desafios constatados e anteriormente expostos, o pano de fundo do debate é o panorama da sustentabilidade. Nesta proposta sustentável são debatidas e apresentadas a Agricultura Alternativa e a Agroecologia em contraponto à Agricultura convencional, muito empreendida

em lavouras de latifúndio monocultor. Assim, as ideias de Paschoal (apud HESPANHOL, 2008) trazem a análise da proposta da agricultura alternativa:

[...] o termo agricultura alternativa não expressaria um novo modelo ou uma filosofia de agricultura, mas tão somente uma terminologia útil para reunir todos os modelos que têm idênticos propósitos e técnicas semelhantes, que não se identificam com os intentos puramente econômicos, imediatistas e pouco científicos da agricultura químico-industrial (PASCHOAL apud HESPANHOL, 2008, p.125).

Assim, complementando as ideias de Paschoal, Hespanhol (2008) contribui dizendo que as práticas agrícolas alternativas incluíram em sua análise, com o passar do tempo, a perspectiva social e cultural. Assim,

Vale considerar, entretanto, que, embora inicialmente os grupos defensores e praticantes da agricultura alternativa estivessem mais centrados na preservação dos recursos naturais e na qualidade dos alimentos e da vida humana, houve progressivamente a incorporação e a ampliação de suas preocupações em termos de sustentabilidade, enfatizando, por exemplo, a importância dos aspectos sociais e culturais. (HESPANHOL, 2008, p. 125).

Na perspectiva da análise das práticas alternativas, visando à sustentabilidade nas pequenas propriedades, como é o caso da agricultura familiar, Altieri (2009) afirma que o método utilizado deve apontar alguns atributos, com o objetivo de constatar a capacidade produtiva, a integridade ecológica, a saúde social e a identidade cultural. Destaca-se que, na perspectiva apresentada pelo termo de referência da Agroecologia e transição Agroecológica (FEAGRI), a agricultura alternativa pode ser abrangida ou compreendida como agricultura de base ecológica, pois busca inserir a sustentabilidade em seu modelo. Desta forma, é possível observar as informações contidas na tabela 8:

**Tabela 8 – Principais formas de “Agricultura Alternativa”: protagonistas e princípios básicos**

	<b>Principais protagonistas e seguidores</b>	<b>Princípios básicos e alcance</b>
Agricultura Orgânica	Albert Howard: desenvolve pesquisas na Índia (anos 1920); publica na <i>Agricultural testament</i> na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas por L. E. Balfour (Método Howard-Balfour). Introduzida nos EUA por J.I. Rodale (anos 1930). Outros: N. Lampkin (1990).	Princípios: uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements – atua na harmonização de normas técnicas, certificação de produtos e intercâmbio de informações e experiências.
Agricultura Biodinâmica	Rudolf Steiner desenvolve uma série de conferências para agricultores na Alemanha (anos 1920) e estabelece os fundamentos básicos da biodinâmica. Pesquisas práticas realizadas nos EUA, Alemanha e Suíça (p.e. PFEIFFER, 1938; KOEPF, SHAUMANN; PETTERSON, 1974).	Princípios: Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Agricultura Natural	Mokiti Okada: funda a Igreja Messiânica e estabelece as bases da agricultura natural; M. Fukuoka: método semelhante, porém afastado do caráter religioso (Japão, anos 1930). As ideias de Fukuoka se difundiram na Austrália como Permacultura, através de B.Mollison (1978).	Princípios: composto com vegetais (inoculados com “microorganismos eficientes”), valores religiosos e filosófico-éticos. Movimento organizado pela MOA-Internacional WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Agricultura Biológica	Inicia-se com o método de Lemaire-Boucher (França, anos 1960). Grupo dissidente funda a “Nature et Progrès”. Grande influência do investigador francês Claude Aubert, que critica o modelo convencional e apresenta os fundamentos básicos de <i>L’agriculture biologique</i> (1974).	Princípios: a saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas ideias de A. Voisin e pela Teoria da Trofobiose (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.
Agricultura Ecológica	Surge nos EUA (anos 1970), estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W. A. Albrecht, S.B. Hill, E.F. Schumacher. Na Alemanha, recebeu importante contribuição teórico-filosófica e prática do professor H.Vogtmann (Universidade de Kassel): <i>Ökologicshe Landbau</i> (1992).	Princípios: conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J.A. Lutzenberger, L.C. Pinheiro Machado, A.M. Primavesi, A.D. Paschoal e S. Pinheiro, dentre outros.

Fonte: CAPORAL apud HESPAÑHOL (2008, p. 126).

Segundo Hespanhol (2008), a Agricultura Alternativa é uma forma de produção sustentável, assim como a agroecologia, e ambas são desenvolvidas em contraponto à agricultura convencional, com especificidades e derivações, tais como: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura natural,



agricultura biológica, agricultura ecológica, os sistemas agroflorestais, etc. Para harmonizar as práticas cotidianas e técnicas no contexto da área de estudos, segundo Dulley (apud HESPANHOL, 2008, p.127), “o Estado brasileiro ao regulamentar<sup>16</sup> esse sistema de produção, adotou a denominação genérica de *orgânico*, tornando as demais denominações (biodinâmica, natural, biológicas, ecológica, etc.) como equivalentes”.

Altieri (apud HESPANHOL, 2008, p.127) fala que a agroecologia é uma disciplina que estuda as técnicas para o desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis. Assim, Costabeber, Caporal e Altieri (apud HESPANHOL, 2008, p. 128) afirmam que:

[...] a pesquisa agroecológica preocupa-se não com a maximização da produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo, o que implica uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas interações existentes entre as pessoas, os cultivos, os solos e os animais.

Sendo assim, Altieri (2009, p.23) explica:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto na natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. [...] A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes.

Complementando a compreensão dos estudos agroecológicos, conforme as ideias de Saquet (2008), a agroecologia traz uma agricultura menos agressiva ao ambiente e mais inclusiva socialmente, proporciona melhores condições econômicas aos agricultores e propicia segurança alimentar para a população em geral, tanto a quem produz quanto a quem consome.

---

<sup>16</sup> “De acordo com a Instrução Normativa nº7 de Maio de 1999 do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Lei nº 10.831 de Dezembro de 2003” (HESPANHOL, 2008, p. 127).

No panorama dos termos utilizados pelos assentados do assentamento em questão, é interessante destacar a agricultura orgânica. Sendo assim, para contribuir com essa compreensão, Altieri (2009) traz como conceito fundamental na produção agroecológica o conceito de agricultura orgânica, entendido como:

[...] um sistema que sustenta a produção agrícola evitando ou excluindo em grande parte o uso dos fertilizantes e agrotóxicos sintéticos. Sempre que possível, recursos externos, tais como os químicos ou combustíveis adquiridos por via comercial, são substituídos por recursos encontrados na unidade de produção agrícola ou próximo a ela (ALTIERI, 2009, p. 74).

Em consonância com USDA e Roberts, Altieri (2009) afirma:

Todas essas práticas levam ao aumento da matéria orgânica do solo, à eliminação de resíduos potencialmente tóxicos dos agrotóxicos, à supressão biológica de pragas, doenças e ervas adventícias, e à estocagem de água da chuva, evitando o escoamento desnecessário (USDA, 1980; ROBERTS apud ALTIERI, 2009, p.74).

Corroborando os estudos comparativos dos sistemas convencionais e orgânicos de agricultura de Lockeretz e Lampkin (apud ALTIERI, 2009, p.74), em condições favoráveis de desenvolvimento a agricultura convencional superou a produtividade da agricultura orgânica. Contudo, em condições de escassez de água/aridez, o desempenho dos agricultores orgânicos foi superior ao do entorno convencional. Após três ou quatro anos da realização de rotações de cultura, observou-se o aumento do rendimento da agricultura orgânica em relação aos índices obtidos com o método convencional; o sistema orgânico apresentou maior eficiência energética em relação ao convencional (ALTIERI, 2009). No que se refere à variedade de plantios introduzidos nos sistemas agrícolas orgânicos, percebe-se “que os mesmos ganham estabilidade, e se houver animais e árvores integrados ao sistema, isso será muito útil para a manutenção do seu equilíbrio” (LOCKERETZ et al., 1981; LAMPKIN, 1990, apud ALTIERI 2009, p.75). O MST, embora tenha consciência de que a agricultura desenvolvida no Assentamento Filhos de Sepé seja do tipo orgânica, utiliza, por questões políticas, o termo agroecológica. É uma decisão política adotada por todos os produtores de arroz agroecológico nos assentamentos de reforma agrária do Estado do Rio Grande do Sul.

Saquet (2008) reforça a forma de produção desenvolvida no Assentamento Filhos de Sepé ao afirmar que o sistema de produção orgânico mantém a biodiversidade de espécies por se utilizar de adubação verde, preservando os solos e o ambiente. A fertilidade do solo se preserva devido ao método conservativo de produção, o qual se utiliza de esterco e restos de colheitas, aumentando a atividade bacteriana e fixando as estruturas físicas do solo. Esse método utiliza técnicas de estabilização do sistema, ação que substitui o uso de defensivos agrícolas. Além de ser uma agricultura menos agressiva ao ambiente e promotora de inclusão social, ela propicia maiores ganhos financeiros aos agricultores e proporciona segurança alimentar aos produtores e consumidores.

Saquet (2008), por sua vez, reforça algumas das ideias de Hespanhol (2008) e Altieri (2009) no que se refere à viabilidade da produção em pequenas áreas, diversidade da produção, geração de emprego e fixação do homem no campo, maior valor comercial do produto e preservação do ambiente. Entretanto, Saquet acrescenta alguns entraves e limites materializados em ações no contexto das estruturas sociais. Inclusive, esses apontamentos comungam com os desafios apontados por Altieri (2009), apresentados anteriormente.

Quanto à sensibilização dos governos, Saquet (2008) afirma que, além de criar, investir e incentivar programas:

[...] é fundamental que esse tipo de ação seja seguido ou realizado em conjunto pelos Governos Estaduais e até mesmo pelos Municipais através de suas Secretarias de Agricultura e Pecuária ou por outras agências de extensão rural como as EMATERs, Sindicatos Rurais e outros (SAQUET, 2008, p. 148).

Para Saquet, os agricultores devem ser sensibilizados quanto à necessidade de redução no uso de agrotóxicos: “O cultivo convencional com uso intensivo de defensivos agrícolas e fertilizantes sintéticos está tão incrustado no sistema que dificilmente se consegue algum avanço [...]” (2008, p. 148). Talvez se consiga uma perspectiva de mudança, nas novas gerações,

por meio de uma educação escolar mais consciente em relação ao tipo de alimentação e à preservação do ambiente (SAQUET, 2008).

Segundo Saquet (2008), uma parcela significativa da população brasileira não se interessa ou não sabe como os alimentos foram produzidos e sequer é consciente em relação à segurança alimentar. Como os produtos agroecológicos chegam mais caros aos consumidores, é importante considerar o baixo poder de compra do brasileiro, que o leva a adquirir os produtos de menor preço. Destaca o autor que a aquisição do produto deveria ser feita em função do seu valor nutricional, zelando pela segurança alimentar. “Ações governamentais de ordem econômica, com a finalidade de melhorar a renda dos brasileiros, bem como o acesso à educação, são medidas fundamentais para reverter este quadro” (SAQUET, 2008, p. 149).

Saquet também mostra “a importância da certificação e a credibilidade da agência certificadora de produtos orgânicos para o monitoramento das atividades dos produtores e comerciantes destes” (2008, p.150). Neste contexto é que os consumidores têm papel fundamental, pois são eles que devem exigir a certificação dos produtos que estão consumindo.

O modelo de certificação participativa representa um dos elementos condutores no fomento à cadeia produtiva do arroz agroecológico da RMPA. Sendo assim, buscaram-se informações sobre a dinâmica do processo de aquisição e manutenção desta certificação.

Segundo Antunes:

[...] a certificação é um processo de verificação por uma terceira parte emissora do certificado de que determinada empresa ou organização atua de acordo com certos critérios, estabelecidos em legislação pertinente e com base em normas técnicas (ANTUNES apud CASTELLO BRANCO FILHO, 2013, p.4).

Sendo assim, de acordo com Castello Branco Filho (2013), é necessário que haja consonância entre o sistema de gestão ambiental da entidade comprometida com o processo e os critérios estabelecidos na norma técnica. A partir de então, a entidade certificadora confere a certificação. Quanto à certificação orgânica, o organismo de avaliação das exigências fornece as

garantias por escrito e também através do selo, tanto de uma produção como de um processo avaliados e que se encontram em conformidade com as normas orgânicas vigentes (PLANETA ORGÂNICO apud CASTELLO BRANCO FILHO, 2013).

Conforme Castello Branco Filho (2013), obtida a certificação, para que esta se mantenha são necessárias avaliações periódicas ou avaliações por meio de um processo participativo de verificação dos critérios de conformidade. Especificamente na produção de arroz orgânico dos assentamentos da RMPA, o sistema de certificação participativa atual se baseia no Organismo de Controle Social (OCS). Neste modelo, as famílias interagem entre si como co-partícipes do processo de produção. Na relação de confiança estabelecida entre o grupo, assegura-se a procedência do produto via Sistema Participativo de Garantia (SPG). Após o cumprimento dessas etapas, o agricultor, ou uma cooperativa de agricultores, estão habilitados a encaminhar o pedido do selo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entidade responsável por fiscalizar e avaliar o processo. Esse processo se justifica devido à expansão da cadeia produtiva e conseqüente comercialização de seus produtos.

Compreende-se então, que a certificação de produtos orgânicos é veiculada através da avaliação de um organismo credenciado, o qual concede as garantias de duas formas: “por escrito e por meio de um selo de que uma produção foi metodicamente avaliada e está em conformidade com as normas de produção orgânicas vigentes” (CASTELLO BRANCO FILHO, p.4).

No entanto, a certificação participativa necessita de um inspetor como maior responsável pela credibilidade. Ela é composta por

[...] instrumentos capazes de propiciar, simultaneamente a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento do processo produtivo através de mecanismos tais como: a organização dos agricultores fazendo parte de um grupo ou associação; a proximidade com os consumidores através da venda direta e das visitas às propriedades; o acompanhamento técnico – por parte de alguma organização de assessoria ou pessoa capacitada na área; controle interno – realizado periodicamente pelos outros membros do grupo e o “olhar externo” – realizado por um conselho de ética formado por

peças não ligadas ao empreendimento ou organização a ser certificada (CASTELLO BRANCO FILHO, 2013, p.10).

A certificação participativa gera credibilidade em rede e de forma descentralizada, respeitando as características locais. Ela tem por objetivo aprimorar as práticas agroecológicas, ao mesmo tempo em que assegura a qualidade de seus produtos, aproxima e chama ao compromisso agricultores, técnicos e consumidores (KARAM apud CASTELLO BRANCO FILHO, 2013).

Conforme Castello Branco Filho (2013), o processo de certificação participativa nos assentamentos da RMPA se encontra em fase de estruturação, mas já é possível apresentar alguns resultados. Dentre eles, destaca-se o fato de ser descentralizado, permanecendo o mais fiel possível ao processo produtivo originário. Sendo assim, consegue respeitar a realidade local, propiciando a redução de custos; além disso, o assentado participa ativamente das etapas constituintes da cadeia produtiva. Os pilares do processo de certificação participativa estruturado na RMPA baseiam-se na garantia entre agricultores do grupo e entre grupos; na relação próxima entre agricultores e consumidores através de visitas e venda direta; acompanhamento técnico pela assessoria; olhar externo do Conselho de Ética. Assim, há maior garantia da inserção e permanência de produtos diferenciados, de qualidade e com segurança alimentar num mercado consumidor na dinâmica agroecológica.

Neste contexto, segundo Hespanhol (2008) a criação da legislação brasileira específica para a produção orgânica e sua certificação aumentou a procura por este tipo de produto no mercado interno. As razões pelas quais pode ter ocorrido este aumento, segundo Capanhola e Valarini (apud HESPANHOL, 2008) seriam os próprios consumidores, preocupados com a saúde; o movimento ambientalista, devido ao envolvimento com a certificação e espaços para comercialização dos produtos; seitas religiosas, como a messiânica, na defesa do equilíbrio espiritual do homem através da ingestão de alimentos saudáveis e em harmonia com a natureza; grupos contrários ao domínio da agricultura moderna; do *marketing* realizado por grandes redes de supermercados.

Devido ao escoamento em menor escala, a produção orgânica, segundo Campanhola e Valarini (apud HESPANHOL, 2008, p.132), promove o comércio local, em virtude dos vínculos regionais que passam a existir. Como assinala Hespanhol, “quanto maior a interação com os consumidores e a melhor adequação dos produtos conforme suas exigências, fortalecendo relações de confiança e credibilidade entre as partes envolvidas” (2008, p.132).

A comercialização dos produtos orgânicos também garante “maior autonomia ao produtor, pois, ele passa a ser o responsável pela distribuição dos produtos, por meio da venda direta” (CAMPANHOLA; VALARINI apud HESPANHOL, 2008, p.132), através de cestas sob encomenda, lojas e restaurantes ou em feiras e outros espaços destinados a produtos orgânicos ou agroecológicos. No que se refere aos produtores assentados no Filhos de Sepé, o formato alternativo de comercialização e escoamento de sua produção é feito através de cooperativas e associações, pois, “além de conseguirem congregarem um volume maior e mais diversificado de produtos, têm maior poder de barganha com as redes varejistas” (HESPANHOL, 2008, p.133).

## 6 O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

Nota-se a existência de variáveis influentes na construção de uma representação dos significados referentes ao olhar do assentado diante da sua realidade cotidiana. O Assentamento Filhos de Sepé foi concebido com uma divisão estabelecida, favorecida pelas condições da paisagem local. Tal divisão, já citada anteriormente, requer das famílias uma adaptação de acordo com o perfil do setor ao qual pertence, ou seja, o assentamento, célula inicialmente geradora de uma identidade única e coletiva, passa a ser referenciado a partir de seus setores, originando uma nova e profunda marca: a heterogeneidade. A dinâmica dos quatro setores impulsiona o desenvolvimento das atividades nos setores do assentamento, de forma a manter a sobrevivência em meio à nova realidade de vida das famílias assentadas.

Conforme PET (2004), esta marca permite observar, a partir do comportamento dos assentados, quatro realidades diferentes, proporcionando uma compreensão de vida diária como se houvesse quatro assentamentos, embora se reportem legalmente ao Governo Federal como sendo uma unidade coletiva.

Esta forma de vida dividida em setores se consolida ao longo do tempo, e uma das manifestações desta marca, são as diferentes formas de trabalho que surgem no assentamento e seus setores, como o grupo Mulheres da Terra. Cada grupo de mulheres, por setor, se organiza em atividades produtivas conforme suas aptidões e escolhas do grupo. As atividades desenvolvidas, em geral, são artesanato, padaria, horta e produção de alimentos. Outro exemplo é a produção de arroz desenvolvida por alguns grupos em determinados setores; outros grupos ou famílias estão dedicados à horta, ao gado, ao leite, às frutas, às verduras, ao mel.

Estes diferentes destinos de produção passam a compor o surgimento das territorialidades nesta nova terra, pois os assentados passam a constituir sua identidade a partir desse sucesso de produção e, conseqüentemente, geram seu território a partir desse processo de apropriação do lugar. A desenvoltura expressa na tomada de decisões, tanto nos setores quanto no



assentamento, remete agora a uma identidade única. Ou seja, o território passa a compor o processo de homogeneização dos assentados, quando se reportam a uma mesma conjuntura hierárquica e política. Um exemplo concreto disto é o recebimento de verba pública, efetivado através de projetos internos de cada grupo produtivo ou, também, pela unidade produtiva: o assentamento. Sendo assim, as bases conceituais que se aplicam a este estudo são os conceitos de identidade, territorialidade e território. Identidade traz o sentimento de pertencimento ao lugar onde foi constituído o assentamento. O que se salienta é o fato de ser um novo espaço de habitação e também um novo momento do processo histórico da vida das pessoas assentadas. A partir do momento da apropriação das novas terras, são estabelecidas as regras de produção e convivência do grupo de famílias assentadas; é aí que se institui o território. E, fruto dessa apropriação das terras, há o gerenciamento das atividades desenvolvidas no território. Tais atividades, a partir da interação com a terra e com as famílias entre si, configura novas territorialidades.

Fazer parte de um lugar enquanto paisagem vivida simbolicamente é uma questão de observar e sentir o espaço no intuito de estabelecer e criar relações. Fruto deste olhar do observador, cada elemento paisagístico recebe significados próprios, distintos e complexos, revestidos de valores, de identidade, recebendo interpretações sob influência das experiências. O espaço experiencial revela-se *lugar*. Suas paisagens vividas são, portanto, seus lugares, abrangendo definições e significados, conforme a visão de Tuan (1983, p.151).

Santos (apud MEDEIROS, 2009, p.217-228), na perspectiva da construção da identidade, comenta que existe um duplo sentido na compreensão do conceito de lugar. O lugar visto “de fora”, remete ao processo histórico, e o lugar visto “de dentro” redefine seu sentido. Na lógica do autor, o lugar poderia apresentar diferentes aspectos, os quais remeteriam à complexidade da percepção do sujeito que está inserido naquele momento, naquele lugar. Esses aspectos seriam a densidade técnica (o tipo de técnica presente na configuração atual do território), a densidade informacional (aquela que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), a ideia da densidade comunicacional (interação entre as pessoas) e a densidade normativa (o papel

das normas em cada lugar como determinante). A dimensão temporal é uma variável que exerce influência sobre cada lugar, e sua materialização pode ser observada através da dinâmica do evento no tempo presente e no tempo passado.

Ao mesmo tempo em que a história do indivíduo produz o espaço e que a ele se sobrepõe, permite que ela possa ser apropriada por ele. Configura-se como uma história contraditória de poder e de lutas diante de resistências que surgem a partir de pequenas formas de apropriação. O lugar é o *mundo do vivido*, traduzindo-se também como o modo de produção das relações da existência humana. Contextualizando, no *mundo do vivido* surgem as diferenças e situações problema. Fruto destas interações sociais, as relações entre Homem e Natureza garantem a construção de uma rede de significados e sentidos. Essas significações, ao serem tecidas entre si ao longo da história e cultura civilizadora, produzem a identidade, momento em que o Homem reconhece ter encontrado o seu lugar na vida, resultante das relações geradas no *mundo do vivido*.

Para Medeiros (2009), o lugar permite ao mundo a oportunidade de construir uma história que, ao se realizar, muda, transforma, determina a ação do Homem através das vivências, do sentir, do pulsar, e que tem a força da presença do sujeito e do grupo.

Identidade é um conceito que explica o sentimento de pertencimento nos lugares. Lugares e territórios se diferenciam pelo seu tipo de produção. Ao mesmo tempo, decorrente das interações estabelecidas na cadeia produtiva, é gerada uma organização territorial em rede no âmbito urbano, social, cultural e político, exercendo poder sobre as territorialidades. As interações representativas da dimensão simbólica são geradas a partir do exercício deste poder sobre as territorialidades e, assim, segundo Medeiros (2009, p. 217-228), a identidade pode ser reinventada.

Com o passar do tempo, os assentados estabelecem vínculos de trabalho e laços entre as famílias vizinhas. O fato de buscarem formas de trabalho em conjunto familiar faz com que este novo lugar tenha sentido de existência em sua rotina, e, portanto, passa-se a construir o sentimento de

pertencimento. Sendo assim, junto ao processo de construção desta nova identidade, as territorialidades surgem através das produtividades. Cada setor, conforme suas peculiaridades familiares e de terreno, passam a compartilhar suas habilidades para, então, superar as dificuldades de adaptação.

Assim, compreendendo territorialidade, é possível afirmar que são processos construídos a partir da identidade gerada e será base para a formação do território; território este cujas ações de poder são de caráter inclusivo, porque incorpora e agrega os velhos e novos espaços, mas cujo limite não coincide com o da territorialidade. As territorialidades do Assentamento Filhos de Sepé estão expressas nos diferentes processos relacionados à construção da identidade, a qual se dará, sobretudo, a partir da forma de produção agroecológica.

Segundo Bonnemaïson (2000), o território pode ser definido como o inverso do espaço – ele é idealizado, ou seja, é ideal, e o espaço é material; é uma visão do mundo antes de ser uma organização; resulta mais da representação que da função, mas não significa que seja destituído de estruturas e de realidade; tem configurações próprias, variáveis segundo as sociedades e as civilizações, mas sua realidade resulta mais da análise cultural, histórica e política que propriamente econômica. O território não é necessariamente o contrário do espaço geográfico; ele, na verdade, o complementa. Ele apresenta duas dimensões: uma unidade de enraizamento constituída pela identidade e um jogo político; é inerente a todas as civilizações.

## 6.1 TERRITÓRIO

No contexto do Assentamento Filhos de Sepé, a construção do território está diretamente ligada à construção de uma nova identidade com o lugar. Observou-se que o sucesso e o aumento da produtividade do arroz, ao longo dos quinze anos de existência do assentamento, contribuíram significativamente para a consolidação do sentimento de pertencimento. Desta

forma, a construção das territorialidades, aos poucos, foi sendo estabelecida de acordo com as afinidades de produção entre as famílias, em cada setor. Sendo assim, a construção das relações de poder sobre o lugar ganharam significado, tornando-se robustas a ponto de sugerir, determinar e impulsionar o envolvimento dos assentados diante desta nova realidade.

Na concepção de Haesbaert (2004), Território apresenta as perspectivas material e simbólica de forma concomitante. Ele diz que:

[...] o território é ao mesmo tempo um recurso ou um instrumento de poder e um valor, valor este que vai além do simples valor de uso e de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial. (HAESBAERT, 2001, p.177).

No contexto do assentamento, a definição de território de Saquet (2011), segundo a qual as forças econômicas, políticas e culturais, relacionadas entre si:

[...] efetivam o território, o processo social, no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade (SAQUET, 2011, p. 209-226).

Os assentados construíram suas territorialidades a partir das variadas atividades desenvolvidas na busca da adaptação aos novos moldes deste lugar, tendo em vista que seu perfil produtivo, em maioria, era diferente do proposto por esta nova paisagem – como, por exemplo, ser área de várzea.

Conforme Saquet:

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras, como mencionamos em Saquet (2011, p.209-226).

O território significa a identidade compreendida como o produto de interações recíprocas, de territorialidades, entre a sociedade e a natureza. Ainda conforme Saquet (2011, p. 209-226),

A territorialização é marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (máquinas, redes de circulação e comunicação...). Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. A noção de territorialidade significa materialidade e imaterialidade em unidade, na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s), no movimento de TDR. O território funda-se neste movimento, na diversidade e na unidade, nas desigualdades e diferenças, como afirmamos em Saquet (2003/2001).

O curioso foi perceber no comportamento dos assentados a determinação em “fazer dar certo” aquela nova realidade da qual já eram parte. A descoberta de alternativas viáveis de produção era parte desta conquista que ainda estava sendo absorvida em seu cotidiano. E, para tanto, foram necessárias técnicas de produção na realidade agroecológica com “erros e acertos”, já que, para a maioria das famílias, essa era uma prática desconhecida. Nesta perspectiva, Medeiros (2009) afirma que o espaço territorial precisa ser humanizado, ou seja, ter as características daqueles que nele habitam. Espaço e o território não podem ser dissociados. O território, inicialmente, é um espaço cultural de identificação ou de pertencimento, ocorrendo, posteriormente, a sua apropriação. O território é um espaço e um lugar onde se estabelecem as relações de poder. Assim, definir seus limites é sinônimo de dominação. Esse domínio sobre e entre pessoas e nações é exercido também no controle do solo.

Segundo Medeiros (2009), o território alternativo propõe outra forma de organização do espaço geográfico, o qual deixa de ser abstrato e passa a tomar concretude a partir da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade. As novas relações que surgem do novo território geram esta nova identidade. Tendo como novo território o que é constituído pelos

assentamentos, a compreensão de sua realidade é feita a partir da concepção de territorialidade e de identidade.

Conforme Raffestin (apud MEDEIROS, 2009, p.217-228), a territorialidade adquire um valor da expressão do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

O “confinamento” num espaço determinado pelo processo de reforma agrária impõe ao assentado a busca por se adaptar, caso queira permanecer naquele espaço de acordo com as regras estabelecidas. Assim, segundo Medeiros (2009), o território de um assentamento é formado e compartilhado por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço, com o objetivo de assumir um pedaço de terra, mesmo que sem identificação entre os sujeitos. A identificação perpassa aspectos de cunho político, social e cultural, e se redimensiona como territorialidade a partir do processo produtivo e da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura. Neste momento, novas relações sociais, econômicas e culturais passam a se estabelecer (MEDEIROS, 2009).

Nesta construção identitária de cunho político, social e cultural, Andrade (1994) contribui com a lógica de funcionamento de um assentamento. Suas ideias trazem a compreensão do conceito de território agregado não apenas à concepção das relações de poder (diante da realidade política em que a conquista da terra através do processo de reforma agrária carrega), mas também da necessidade de haver um compromisso do assentado diante das relações existenciais neste novo cenário. Assim, a formação de um território concede àqueles sujeitos a consciência de sua participação, ao mesmo tempo em que o sentimento da territorialidade, de forma subjetiva, gera um senso de convivência amigável entre os mesmos.

Complementando a ideia de Andrade (1994) de que o espaço (físico) do assentamento é parte da construção desta identificação, Fernandes (1996), fala sobre a conquista do assentamento, a qual representa para o assentado a territorialização da sua luta em resultado deste processo; é onde se cria a

identidade com o espaço situacional do assentamento. Assim, o espaço do assentamento é compreendido pelo grupo de agricultores como a eficácia da sua forma de organização.

Conforme Fernandes (1996):

A fração do território é conquistada na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Assim, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 1996, p.242).

A conquista do território pode ser percebida a partir da conquista da terra, vista como um pedaço de chão que possibilita a subsistência através da produção do alimento e onde é construída a nova identidade, pelas novas relações que se estabelecem com os outros assentamentos e pela continuidade da luta.

Santos (apud MEDEIROS, 2009, p.217-228) vê o processo de construção desse tipo de território como esquizofrênico, devido à contradição que apresenta na origem (um latifúndio que foi fragmentado pelo processo de luta pela terra) e na atualidade (uma recomposição e redistribuição de terras, com todas as possibilidades de implementação de um novo território, ou seja, de um assentamento). Há, pois, a busca de novas raízes para esses agricultores assentados, com origens distintas, numa nova paisagem, onde procurarão adaptar suas crenças, seus saberes, sua cultura.

Partindo da compreensão das ideias de Santos, esse novo significado atribuído ao novo espaço pode se estabelecer, também, conforme Andrade (1994), a partir de ações daqueles que mantêm a identidade com o espaço de origem. Buscando uma nova integração com o espaço atual, promovem, assim, a re-territorialização. Esse processo se evidencia através da permanência do assentado, da sua identidade, da sua ligação com as origens, da mesma forma que ressignifica o seu novo espaço. A ressignificação pode ser expressa através da diversidade das novas alternativas de produção e dinâmicas do comércio local (MEDEIROS, 2009).

Esta consciência participativa e de confraternização entre os assentados, no seu novo território, promove um remodelar de ações

resultantes das novas dinâmicas do processo de apropriação do novo lugar. Esta consciência participativa e fraterna passa a ser construída quando são relembradas as histórias do período em que eram acampados (referindo-se às práticas agrícolas anteriores ao assentamento e comparando-as às novas práticas nos moldes agroecológicos) e em relação à realidade no assentamento (quando as práticas utilizadas no local atual eram desenvolvidas antes da consolidação do assentamento, com suas práticas políticas e organizações ainda em formação/constituição). A realidade da área do assentamento, no seu processo histórico, carrega uma marca da prática convencional ou “com veneno”, como dito pelos assentados.

Parte do histórico do assentamento traz consigo consequências do impacto ambiental negativo, decorrente de atividades de monocultura de arroz convencional, exercidas por parte dos antigos proprietários, anteriores ao assentamento. Após a instalação do assentamento foi criada, nos limites de sua área, uma Unidade de Proteção Integral na categoria Refúgio de Vida Silvestre, em virtude da localização do assentamento abranger a principal nascente do rio Gravataí, pertencente a um dos principais mananciais hídricos da RMPA. Em razão da presença desse manancial de nascentes, da presença da APA e do RVSBP, é incentivada pelo INCRA/RS, em consonância com o PNRH e SNGRH, a prática de manejo agrícola sem uso de agrotóxico, caracterizando, assim, uma prática de manejo agroecológico. No assentamento, há famílias que não utilizam a área de várzea do seu lote para plantio, deixando de criar sua territorialização e transferindo para outros essa utilização.

Essa perspectiva de território nos remete ao entendimento de territorialidade como sendo a forma de apropriação do espaço por um grupo social, a forma como esse grupo vivencia, experimenta e expressa seus hábitos e costumes. No contexto do assentamento, territorialidade também é a compreensão da intervenção que a legislação realiza na dinâmica social.

As comunidades formadas nos assentamentos buscam sua espacialização, gerando um conflito entre as mesmas e dificultando a reinserção desses indivíduos no processo produtivo. A seguir serão



apresentadas características do Assentamento Filhos de Sepé, as quais contribuem na formação dos processos internos das comunidades que compõem o todo do assentamento.

De acordo com o PET (2004), no Assentamento Filhos de Sepé foram identificadas inter-relações entre as famílias e seu espaço territorial. Existem aquelas em que:

Agricultores que vieram, em sua maioria, da luta pela terra, consequência dos processos de exclusão, decorrentes em parte da “revolução verde” e da abertura política. Heterogêneos, carregam consigo diferentes estágios de construção coletiva (PET, 2004, p. 61).

Também existem aquelas com “Características paisagísticas (Ab’Saber, 2003) da área do assentamento, que muitas vezes diferem daquelas com que os assentados conviviam em suas regiões de origem” (PET, 2004, p. 61). Esses agricultores, originários de diferentes regiões do Estado, com destaque aos advindos do Noroeste ou Alto Uruguai, dedicavam-se em sua maioria à produção de soja. No seu imaginário há um local idealizado para produzir e sustentar sua família. No entanto, seu primeiro contato com a realidade do assentamento lhes faz perceber que estão chegando a outro lugar, outra realidade<sup>17</sup>. O agricultor familiar, agora também referido como assentado, passa a desenvolver seu cotidiano em uma terra diferente daquela de sua origem.

São realidades diferentes; é um lugar novo, exigindo um processo de apropriação por parte do assentado, que, além das distâncias simbólicas, terá diante dele distâncias a serem percorridas entre seu lote de moradia e seu lote de trabalho, o que certamente provocará uma nova forma na organização da rotina de produção e na vida das famílias. Como o assentamento possui uma área de cerca de 9 000 ha, houve a necessidade de dividi-lo em setores para facilitar sua administração.

---

<sup>17</sup> As terras do Assentamento Filhos de Sepé (PA Viamão/RS) possuem boas condições para o plantio de arroz, conforme relatos das entrevistas com os assentados.

A realização das entrevistas em cada um desses setores possibilitou identificar os diferentes grupos dos setores formados em razão de suas identificações, suas etnias, seus lugares de origem, suas relações estabelecidas antes de serem assentados ou surgidas durante o acampamento. Enfim, nesta análise das entrevistas se buscou, em certa medida, identificar tanto as atividades agrícolas dos agricultores, como suas formas de organizar sua moradia, sua relação com a natureza, os pontos de continuidade e descontinuidade de suas relações. A relação dos assentados com o meio, sua adaptação ao novo lugar e sua trajetória de vida são elementos a ser identificados no próximo capítulo.

O registro dos resultados foi feito de forma gráfica, em tabela, e de forma fotográfica. A amostragem dos entrevistados contou com dez famílias, sendo três nos setores A e C e duas nos setores B e D. As famílias foram indicadas pelo técnico responsável no momento da visita e em uma reunião junto à Coptec/Viamão-RS. A seleção foi feita a partir do envolvimento dessas famílias com a produção e com as questões funcionais para o bom andamento da rotina do assentamento. Destaca-se ainda que as famílias selecionadas caracterizam-se por serem produtores representativos, lideranças ativas no assentamento e no movimento e por estarem ligadas também às cooperativas envolvidas no processo produtivo. Todas as famílias apresentaram a dinâmica de possuir um lote de moradia, onde desenvolvem a horta para subsistência e também para comercialização de alguns produtos, além do espaço de produção coletiva.

Na época do plantio de arroz convencional, a média de produtividade girava em torno de 130 sacos/hectare, numa área total de 2000 ha. Atualmente, na “era” da produção orgânica, houve redução: a média é de 80 sacos/hectare, numa área total de 1500 ha, o máximo permitido pelo perímetro de irrigação<sup>18</sup>. A preocupação é a de manter o controle da quantidade de água que chega e permanece na lavoura de arroz. Para isto, existe o distrito de irrigação, órgão a que estão presentes os técnicos da secretaria ambiental

---

<sup>18</sup>Perímetro de irrigação: área determinada para o plantio de arroz orgânico no interior do assentamento. Fora desta área não é permitido o plantio de arroz, apenas outras formas de produção, tais como horta e gado. Informação obtida em entrevista.

local. Esse controle de funcionamento é feito pelos técnicos juntamente com os produtores assentados. A comercialização do arroz é feita a partir das cooperativas, local e regional.

Para a organização do assentamento existem as parcerias com as cooperativas: a Cooperativa Tritícola e Agro-pastoril Giruá (Cotap), Cooperativa Regional da Grande Porto Alegre responsável pela comercialização da produção para o PAA<sup>19</sup> e PNAE<sup>20</sup>; a COPTec (cooperativa de técnicos do MST) e a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV), cooperativa local, situada no setor D, direcionada para a região de Viamão/RS.

Quanto à certificação, na área do arroz, a mesma é obtida através da IMO<sup>21</sup>. As outras linhas de produção, como frutas e hortifrutigranjeiros, recebem a certificação por meio da OCS, fornecida pelo Ministério da Agricultura. O funcionamento desta certificação é participativo, ou seja, com fiscalização, comprometimento e relações de confiança estabelecidas entre os próprios agricultores familiares, por meio de visitas às famílias integrantes do grupo. E, para que seus produtos possam ser comercializados, é necessário que o produtor esteja cadastrado no MAPA<sup>22</sup>.

A atividade do grupo Mulheres da Terra configura-se como semelhante à dinâmica das áreas de produção coletiva. O grupo existe desde o início do assentamento, adotando essa denominação a partir dos anos 2000/2001.

---

<sup>19</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. (CONAB, 2014, p.s/n).

<sup>20</sup> Lei nº 11.947/2009 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

<sup>21</sup> Control IMO - Instituto de Mercado Ecológico: certificadora de produtos orgânicos credenciada no país pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como Organismo de Avaliação de Conformidade Orgânica. Oficialmente acreditada pelo Inmetro e credenciado pelo MAPA para certificar produções primárias, extrativismo bem como processamento e comercialização de produtos orgânicos de acordo com a legislação brasileira – Lei 10.831/Decreto 6.326. (IMO, 2014, p. s/n).

<sup>22</sup> (MAPA, 2014, p. s/n).

Possui regimento interno e conta com a participação de mulheres dos setores A, C e D. Hoje o grupo está voltado para a questão orgânica através da produção de hortifrutigranjeiros para comercialização nas feiras. As feiras da UFRGS e do Centro Administrativo (Porto Alegre) são atendidas por este grupo. Na UFRGS, a feira teve início a partir do contato com o curso de Engenharia de Produção, com o intuito de confeccionar uma logomarca e construir uma página na internet, a qual ainda não está em funcionamento. Desde 2006 o grupo passou a debater a contribuição da figura feminina, a qual também poderia gerenciar o “lote pequeno”, ou lote da moradia, para que dali saísse recurso financeiro para o sustento semanal e mensal da família, e não apenas anual, como é o da lavoura. A produção de horta e frutas iniciou pequena, mas já houve aumento na produção. Existem famílias que possuem 2 ha produtivos, fator que já envolve toda a família, e não mais apenas as mulheres. Hoje o grupo possui dezoito famílias entre os setores citados, escoando sua produção através das feiras mencionadas. Além disso, o grupo está se voltando também para a construção de uma padaria. Este intento viabilizará entregas para o restaurante universitário (RU) da UFRGS e para a merenda escolar.

As imagens a seguir (do plantio de arroz orgânico, das sementes de arroz, dos pacotes de arroz industrializados, do espaço de convivência (galpão), da barragem, das hortas, da feira no pátio da moradia, do limite do assentamento com o entorno, dos espaços de criação de animais ou cultivo de pomares nos fundos do terreno da moradia, da embalagem do produto ambientalmente correto na fabricação de queijo e derivados, o centro de formação e a cooperativa do assentamento) se referem ao registro fotográfico realizado durante as entrevistas feitas junto aos assentados do Filhos de Sepé. O objetivo desse registro é documentar, através da imagem, os elementos da paisagem que foram citados ao longo do texto.



**Figura 5:** Plantação de arroz orgânico com destaque para a muda de Arroz.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 6:** Sementes de Arroz Ecológico  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 7:** Arroz já pronto para comercialização em embalagens simples e a vácuo.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



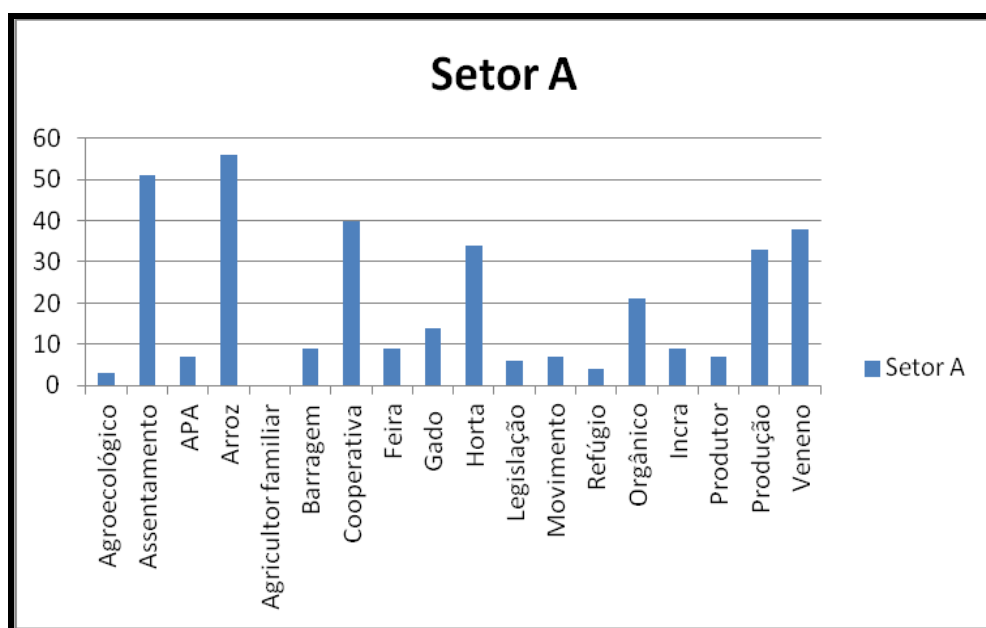
**Figura 8:** Galpão coletivo para realização de reuniões, assembleias e atividades de lazer dos assentados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A partir das entrevistas, foram cotejadas algumas das principais palavras representativas do processo de construção da identidade dos assentados com o assentamento. São elas: agroecológico, assentamento, APA, arroz, agricultor familiar, barragem, cooperativa (considerando também a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), Cotap, COPTEC e COPERAV), feira, gado, horta, lei (considerando também legislação), movimento (considerando também MST), refúgio, orgânico(a), INCRA, produtor, produção e veneno. Os gráficos apresentados a seguir representam a realidade de cada setor e foram construídos a partir da análise da transcrição das entrevistas. Foi tabulada a quantidade de vezes que se citaram essas palavras durante a entrevista. Dentre elas, as mencionadas em maior número de vezes serão destacadas em cada setor.

### 6.1.1 Setor A

No gráfico referente ao setor A, as palavras mais citadas foram: assentamento, cooperativa, horta, orgânico, produção e veneno.



**Gráfico 2** – Palavras mais citadas em entrevista neste setor.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

No setor A, foram entrevistadas três famílias. Dentre elas, estava uma liderança responsável pela produção de arroz, muito atuante junto aos técnicos da SEMA e nas cooperativas. A dinâmica dessas famílias é a mesma da maioria delas: unem os espaços vizinhos de produção no intuito de otimizar os custos e investimentos e aumentar a produção.

No diálogo a seguir entre a pesquisadora e os assentados estão destacadas as frases que representam as razões de sua mudança na forma de produzir, deixando de usar agroquímicos na produção.

*- Quando nós viemos pra cá eu já sabia que não podia usar veneno. Na primavera lá a gente usava veneno. Lá em Joia, lá o veneno matava tudo que era passarinho. Não queria mais matar passarinho, pelo meio ambiente... mas se ele não tivesse parado de usar veneno, tinha morrido! Teve doença na cabeça. Os médicos sempre dizem que o aneurisma foi por causa de usar o*



veneno. Não usava máscara nem nada? Nada, nada, nada! (Assentado, setor A, 58 anos)

- Vocês sabiam que estão numa APA? (Pesquisadora)

- Sim, isso eu sabia. É, soube depois nas reuniões, quando nós já tava aqui. Área ecológica, né, aqui tem rio, a vertente que abastece a cidade de Gravataí. Se usar veneno a água ia pra lá, não podia, né! Não usar veneno é bom porque eu tô achando aqui que tá aumentando a produção. Melacia nós tamo plantando aí, melhor, horta, milho, elas tão tudo mais bonita sem usar veneno! Uso pro controle [de pragas] pimenta braba, erva-mate, silamão [cinamomo], faz o chá e pulveriza. E adubação faço com resto de comida, minhocário. (Assentado, setor A, 58 anos)

- E a rotina? (Pesquisadora)

- Não tenho horário, mas 6h a gente cai da cama, e sete hora [da noite] o Valmir já tá na cama! Eu [Neca], até vejo a novela das 21h. Aqui eu tenho meio hectare de terra que é área ambiental. Não mexo. A fiscalização só passa aqui, mas não entram nas propriedades. Eles filmam [...] (Assentada, setor A, 53 anos)

Já o sentimento de pertencimento se expressa também de forma clara no diálogo a seguir:

- A gente passou a se sentir parte quando a gente começou a plantar, não usar veneno, ver que começou a dar... daí a gente começou a gostar do lugar. Quando vim pra cá, se tivesse vindo conhecer, eu não tava aqui! (Assentada, setor A, 53 anos)

- Por quê? (Pesquisadora)

- Quando viemo morar a gente foi morar lá embaixo perto da ponte de pau lá [acampamento]... e eu nunca tinha saído, casei e fiquei lá por um tempo [em Joia], vinte e poucos anos, nunca tinha feito mudança. Vim pra, um lugar estranho, não conhecia ninguém, longe, longe da família... só que agora mudou! Tu imagina, tu chega aqui, desce tudo isso, no outro dia tu quer conhecer o lugar. Tu imagina, é tua morada, tua terra de produção, tudo em redor da casa, né! E aí, tu te deparar com várzea. Que que eu vou fazer aqui?! Tu é acostumado no seco: soja, milho, feijão, aí imagina tu enfrentar tudo isso e... com uma produção estranha. Que o arroz todo mundo conhece, mas não tipo assim de produzir um pouco mais pra sobreviver. Lá em Joia nós não produzia arroz, não sabia o que era arroz. (Assentado, setor A, 58 anos)

Ainda nesse setor, foi destaque a produção de hortaliças. Da mesma forma que com o arroz orgânico, as famílias reúnem seus espaços produtivos com o intuito de otimização de todas as etapas do processo. A horta teve início em 2011 com 80 caixas/mês numa área de 0,5 ha. Hoje a produção está em 150 caixas/dia, numa área de 10 ha, num total de oito famílias produtivas conjuntamente. A comercialização é feita, em grande parte, através da venda

em feiras e mercados. O gado de corte possui 5 lotes (ou 5 famílias), num total aproximado de 80 cabeças, sendo 20 potros, numa área de 75 ha.

Quanto à não utilização de agrotóxicos, ficou evidente nas falas dos assentados a divulgação de seus produtos através de cartões nas feiras e no corpo a corpo com os clientes:

*- Nós larguemo esses cartão ali, agora cada pouco. É só pessoas de idade, até ele me pediu cenoura, eu tenho um cara que planta aqui na Boa Vista, planta cenoura, daí eu falei pra ele, "eu tenho um", e ele me perguntou, "mas é orgânica?", "não, o cara bota veneno", "não, não, então nós não queremos" [...]. E eles tão com uma feira lá, larguei esses cartão ali na rua, eles já querem, daqui a pouco vou te dar uns cartão, tem no caminhão. E eu já mandei fazer uns cartão, tirei foto aqui no meu telefone, mandei, até no caminhão eu tenho ali pra dizer, mandei [...].* (Assentado, Setor A, 33 anos)

As fotos a seguir registram a produção orgânica do assentamento, bem como a barragem fornecedora de água para a irrigação do arroz. Esse registro documenta aquilo que foi expresso nas falas dos assentados.



**Figura 9:** Barragem com cerca de 1000 ha de superfície que serve de base para a irrigação do arroz ecológico produzido no Assentamento Filhos de Sepé.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 10:** Horta ecológica com produção destinada às feiras e ao consumo da comunidade assentada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 11:** Horta, com destaque para o sistema de irrigação.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 12:** Horta familiar com produção de tomate cereja.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 13:** Horta familiar. Melancia.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 14:** Feira no pátio da casa de assentado com venda de seus produtos, destacando-se o feijão acondicionado nas garrafas de plástico.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

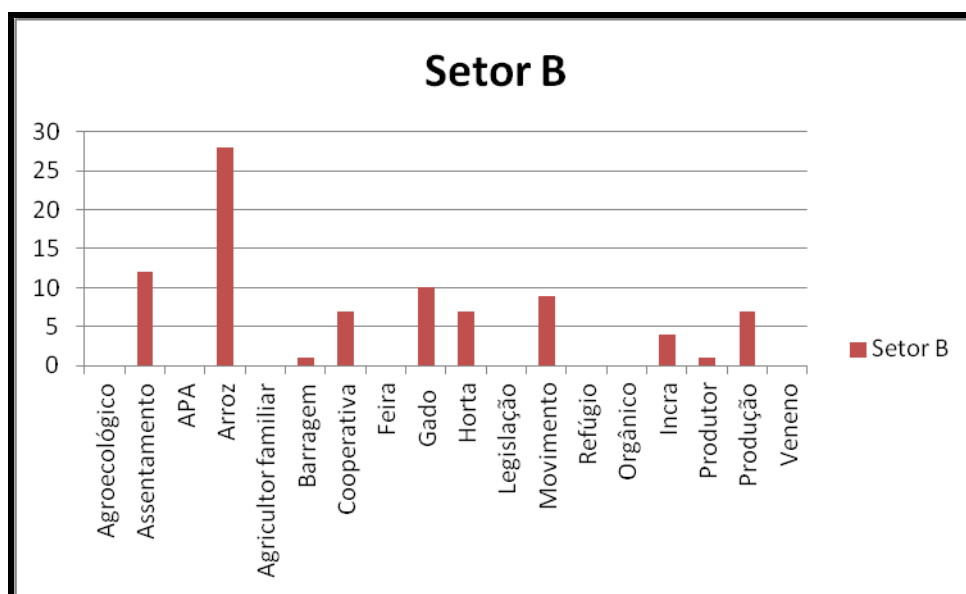
### 6.1.2 Setor B

No setor B, as palavras mais citadas foram arroz e assentamento. Esse setor se caracteriza pela escassez de água, o que determina outro tipo de produção. Aqui, a amostragem se constitui no encontro com duas famílias, sendo que uma delas foi personagem retratada no filme “Terra para Rose”, o viúvo de Rose e sua atual companheira. O resgate histórico focou na figura de Rose, na representatividade da sua morte diante do descaso político quanto ao processo de reforma agrária, na época, e no seu filho, hoje médico, residente em Cuba e que contribuiu, em sua área, com os cuidados para com os assentamentos. Na conversa com essas famílias, foi possível obter o relato do contato que esse setor sofre em função da produção de arroz convencional no entorno. Os assentados relataram que os “catarinóis”, arrendatários vindos de outro estado utilizando tecnologia convencional para a produção de arroz e

vizinhos do assentamento, ofereceram-lhes emprego logo que chegaram ao seu lote de moradia. No vizinho, tinham contato direto com o “veneno”. Com o passar do tempo, conseguiram se adaptar ao novo lugar, o que lhes permitiu “largar” o emprego que os sustentava na época. Relataram que viam os “passarinhos comer as cascas do arroz e caírem duros [mortos], um atrás do outro, enfileirados”. O impactante é que, na produção do entorno, ocorre a aplicação aérea de agrotóxicos na lavoura, veneno que chega através das correntes de ar até as áreas de moradia e de produção do assentamento.

Nesse setor, as famílias buscam a alternativa de subsistência através da horta no lote de moradia e, quando possível, com a criação de gado no lote produtivo.

O Gráfico 3 mostra a ocorrência dos termos mais utilizados nas falas dos assentados entrevistados, sendo as mais citadas arroz e assentamento.



**Gráfico 3** – Palavras mais citadas em entrevista neste setor.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Embora a barragem apresente uma capacidade de água importante e devidamente controlada para a irrigação do arroz, ainda se registra escassez de água no setor B, o que foi identificado na fala do assentado, mostrando a necessidade de perfurar poços para atender as necessidades da comunidade.

- *Essa é escassa aqui, água pra... Não, não vem água de lá de cima, porque não tem pra toda a fazenda, não tem pra tu plantar toda a área, tu tem que plantar, é 1.700 hectares. É mais favorável [...] de criar um perímetro, né, [...] trazer, tem menos custo e tal, mas aqui vai ter mais custo porque é mais longe... Aqui nós temo, na verdade, temo meio pela natureza, que nós perfuramos um poço aí, artesiano, né. Foi furado aqui um poço aí de 105, 110 metros. Mas aqui deu problema, tá um projeto de reforma agora de novo porque quando veio esse projeto nós perfuremo um poço, só que a perfuração aqui na frente não deu água. Foi feito três perfurações, um com 180 metros [...]. (Assentado, Setor B, 49 anos)*

A escassez de água é, portanto, uma realidade contraditória registrada no assentamento cuja principal atividade é o arroz irrigado. As fotos registram as atividades desenvolvidas no setor B, considerado o mais distante no assentamento.



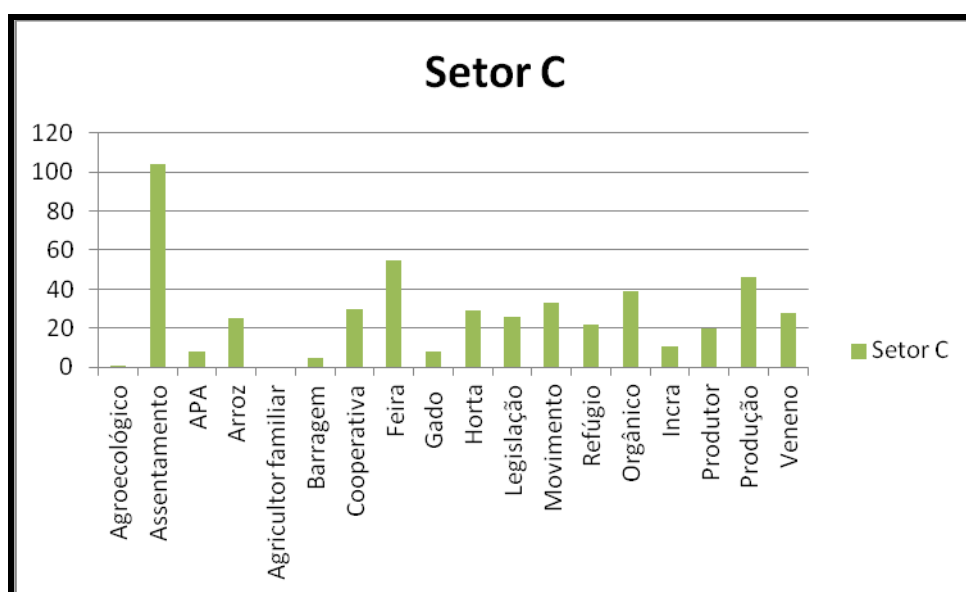
**Figura 15:** À esquerda, produção de arroz convencional desenvolvida no entorno do assentamento. Divisa do Setor B. À direita, os lotes com criação de gado.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 16:** Trator e criação de gado em lote do Setor B.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

### 6.1.3 Setor C

No setor C, a partir da realização e transcrição das entrevistas, identificou-se que as palavras mais citadas foram: assentamento, feira, produção e veneno. Aqui, a amostragem se fez a partir de três famílias, as quais estão voltadas para a produção da horta orgânica e engajadas com o grupo Mulheres da Terra. O gráfico 4 mostra a distribuição e a quantidade das palavras mais citadas.



**Gráfico 4 –** Palavras mais citadas em entrevista neste setor.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



As entrevistas realizadas no Setor C, aqui transcritas parcialmente, possibilitam identificar a relação com a comercialização da produção, com o RVSBP e com a APA onde se insere o assentamento.

*- Do estado tu não precisa... Da prefeitura tem que ser através dessas cooperativa. E do estado não. Do estado, o governo montou uma lei que compra direto dos produtor. Não precisa ser cooperativa. Porque na realidade o governo, ele viu que na realidade ia se transformar... Se fosse por cooperativa ia se transformar terceirizado igual, entendeu? E o governo não quis isso. O estado quis direto do produtor. O produtor vender... Ter contato direto com o colégio. E eu tenho isso aí, entendeu? Eu tenho contato direto com o colégio. Eu mesmo vou lá e entrego pros colégio. Eu mesmo faço isso aí. Então chega amanhã cedo, saio quatro hora da manhã e faço os colégio. É direto. Nós temo a data, que é através da Emater. É um documento que o governo pede... Autoriza e pede pra conseguir vender pelo estado. Pelos colégio. Então, isso nós já temo toda a documentação. Eu trabalho com colégio, mais a feira e dois restaurantezinho pequeno que eu trabalho. (Assentado, Setor C, 32 anos)*

*- Como que é? (Pesquisadora)*

*- Botânico não. É tudo vegetariano. (Assentado, Setor C, 32 anos)*

Em relação à questão ambiental, fica muito claro o significado do RVSBP e da APA para os assentados:

*- O refúgio tem APA na realidade. A APA é toda a área... APA é todo o zoneamento...Da área de preservação... E o refúgio é marcado que é só ali. É só... Por exemplo, aqui é refúgio. Todo aqui atrás, aqui, esse mato... Nós temo dentro do refúgio... Só que é uma coisa que... Isso aqui não é refúgio, mas nós temo cercado por refúgio ambiental... Tem a engenheira agrônoma que trabalha na Bionatura, que ela diz assim: será que é uma coisa que nós temo que tá guardado. Por que nós não aprendemo a conviver com essas coisas? Aprendemo a cuidar um pouco, tem que ficar fechada. Tá fechada a área de preservação. O refúgio tá todo cercado, né? E a gente teria que ter a consciência de não precisar ser cercado. A consciência de preservar. Só que é bem complicada essa questão. A cabeça do ser humano é totalmente diferente uma da outra. (Assentada, Setor C, 46 anos)*

Também se referiram à questão da preservação das sementes, mostrando que podem, sim, cuidar de suas próprias sementes:

*- A mesma coisa é a questão da semente. Por que nós não podemos cuidar do que é nosso? Que a gente está tentando buscar que a nossa*

*produção orgânica tem bastante dificuldade, de conseguir semente orgânica, conseguir. Então, o que a gente consegue... Por que nós mesmo não podemos cuidar dela? Por que tem que tá guardada, congelada, a milhares de quilômetros daqui? Então nós tendo consciência de que tudo precisa... A gente como ser humano precisa dum ambiente limpo, preservado. (Assentada, Setor C, 46 anos)*

Mostraram, também, que são conscientes da necessidade de manter o RVSBP isolado:

*- Então, se a área não tivesse fechada ali, com certeza ia tá o gado pisoteando por cima, fazendo aqueles trilho, que depois a água acaba escoando a areia pelo meio da barragem, transbordando tudo. Então tá cercado. E antes de ser cercado tinha um trilho ali pelo meio, fazia toda a volta. Passava pelo meio. Eu nunca mais entrei ali dentro, não sei, diz que tem... O veado mesmo eu só vi no Globo Repórter, que eles gravaram aqui uma vez. (Assentada, Setor C, 46 anos)*

Outro destaque se refere à relação entre os setores demonstrada nas falas. Embora os assentados se conheçam, cada setor mantém uma organização própria, que se insere no conjunto maior do assentamento:

*- É porque assim: a relação entre setores, a gente tem essa relação mesmo de companheiro, de acampado e tal. A gente conhece gente que era acampada comigo, mora lá no A, mora lá no D, mora no C e nós era acampado junto. Nós se dividimo na hora de vim pra cá porque uns preferiram uma área, outros, outras. Mas tudo junto. Cada setor tem a sua organização própria, que junta com a geral de todo o assentamento. (Assentada, Setor C, 46 anos)*

O grupo Mulheres da Terra tem sua representação em três setores do assentamento, e na fala das mulheres ficaram claros os avanços do grupo e sua produção:

*- E nós, no caso, o grupo Mulheres da Terra, nós temos mulheres nos três setores: no A, no D e no C. Nós tivemos várias fases no nosso grupo. Nós temos na fase hoje da produção individual e comercialização coletiva. Então, cada uma produz em casa e aí junta a produção, junta pra comercializar. (Assentada, Setor C, 46 anos)*

Outro elemento importante a ser destacado nas falas dos assentados são os avanços tecnológicos, relacionados com a formação dos filhos, das novas gerações:

*- Eu acho que se formar, estudar fora, se formar, isso é muito... Agricultura hoje demanda que tu estude, que tu volte. Porque as tecnologia que nós temo hoje, os avanços tecnológico não é mais pros colonão, aqueles de 50 anos atrás. E principalmente essa questão da agroecologia. Nós hoje tamo – nós como Movimento – nós temo investindo no estudo dos nossos filhos. Por exemplo, nós temo parceria com a Universidade Federal de Pelotas, que forma veterinários. Nós agora temo parceria com a Universidade Federal de Santa Maria pra uma turma de agrônomos. Então, que é formar os nossos filhos pra vim trabalhar na terra. Nós ganhamos o estudo dos filhos e a Universidade é turmas especiais que trabalham com foco na agricultura familiar, com foco na agroecologia. (Assentada, Setor C, 34 anos)*

A relação com o lugar se expressou na fala de uma assentada que demonstrou sua rápida identificação com o novo lugar:

*- Eu gostei do lugar. Uma paixão à primeira vista. Porque o lugar é um lugar aconchegante. E eu cheguei aqui na verdade, o assentamento já tava andando. Então eu cheguei já tinha cinco anos. Era um assentamento recente. Mas já tinha uma história. Um ano e meio mais ou menos que eu tava já assentada. Já entrei pra direção regional e desde aí não parei. Aí da regional fui pra direção estadual e hoje tô aí, entrando pra seis, sete anos de direção do assentamento. (Assentada, Setor C, 34 anos)*

Na produção, a busca por novas atividades, novos produtos ficou evidente nesta fala:

*- Então, eu trabalho com caqui. Eu tenho hoje 800 pés de caqui produzindo. Então eu fiz essa mudança. Claro que as outras frutas, por mais que não é a mesma coisa, mas tu insiste. Tipo: a laranja, a bergamota, que tu nasceu e se criou comendo. Então mesmo que dê perreadinha, mas tu insiste. Plantar laranja, bergamota, banana, goiaba. E aí tem de tudo um pouco. A maioria é pra consumo próprio. O caqui, sim, que é pra venda. Produção de horta praticamente toda pra venda. O gado de corte. Nós temo bastante galinha, se produz ovos bastante, leite, queijo. (Assentada, Setor C, 34 anos)*

Nas fotos a seguir estão registradas as atividades desenvolvidas no setor, principalmente junto aos lotes dos assentados.



**Figura 17:** Pomares no pátio da residência de um dos entrevistados.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 18:** Potreiro de animais no pátio da residência de um dos entrevistados.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

#### 6.1.4 SETOR D

O setor D foi o que apresentou maior incidência das palavras assentamento, arroz, cooperativa, produção e veneno. Aqui, foram entrevistadas duas famílias; uma delas perdeu sua produção na intervenção do Ministério Público, o que a fez falir e, até os dias de hoje, ainda sofrer resquícios negativos dessa perda de safra. A outra família tem atuação importante no processo da cooperativa local.

Nesse setor, a principal atividade é a criação de gado associada à produção de leite, queijo e à industrialização dos produtos dos associados cooperativados. Destaque nesse setor foi a produção de arroz associada à piscicultura, conforme destaca o assentado, na busca de uma produção agroecológica, impactando menos o meio ambiente:

*- Ali foi a primeira experiência. Foi 1,7 hectare de rizipiscicultura. (Assentado, Setor D, 35 anos)*

*- Qual era a ideia? (Pesquisadora)*

*- A ideia de você produzir algo que te desse renda, mais que uma renda, porque produzia o arroz e o peixe, o manejo ecológico então é muito mais simples, porque você maneja o ano inteiro, não tem problema de inço, enfim. Deu certo o primeiro ano, tanto é que depois disso, em cima daquele projeto nós criamos uma associação, associação dos produtores de arroz e peixe, que nós tínhamos 14 famílias. Então, além de nós ali que, no outro, quando a gente ampliou pra 10 hectares de tanques pra produzir peixe e arroz, teve mais outras famílias que fizeram em outras áreas também. E o peixe foi tentado um ano, dois anos, três anos, e nós produzia era traíra, inclusive não conseguíamos produzir a carne. Por vários fatores. Ali tem, e aí é aquela questão que tu colocavas, a relação com o meio ambiente. A gente começou a entender, não, aqui não é, aqui nós temos que adaptar ao ambiente, não o ambiente a nós. Aqui é uma área que nós temos que, nós brincávamos, né, nós temos que nos defender da força terrestre, aquática, força aérea, porque era, tem muito peixe nativo que come os exóticos, no caso a traíra, jundiá, muçum. Você tem jacaré, você tem lontra. Então de tudo isso teria que defender aqueles peixes. Você tem mais de 200 espécies de aves que se refugiam aqui. E a grande maioria come peixe. Então peixe exótico não dá certo, mas nós era teimoso e queria continuar, só que com a regulamentação do refúgio, do Banhado Pachecos, foi proibida a produção, na volta, de peixes exóticos. Então, além dos problemas naturais, aí veio ainda a lei. E aí nós tinha feito muito investimento. A gente fez, olha, gastamos assim, pra fazer os tanques, muito dinheiro. Muito dinheiro. Mas a terra ficou preparada pro arroz. Então esse período de 2002, que foi criada a associação, início do projeto, foram*

anos assim, que uma hora aumentava as quantidades de famílias, uma hora diminuía. Aumentava, diminuía. Porque o arroz ecológico, hoje eu digo que é arroz orgânico, porque agroecologia é um conceito mais amplo. Envolve, é um conceito de fato e envolve processo. O que nós temos aqui hoje, eu digo, até às vezes sou criticado, mas eu digo: nós temos arroz orgânico. Porque acaba sendo uma monocultura e a gente tem deficiência de não conseguir trabalhar o processo do solo. Então é arroz orgânico. Se tem uma produção que você não usa nada de agrotóxicos, não usa nada de químico, sintético, mas não é agroecológico. Tá muito próximo, mas não é. (Assentado, Setor D, 35 anos)

Muito embora haja consciência em relação à produção, também foi esclarecido o nível de dificuldades enfrentadas no processo de produção orgânica:

- Precisava ter uma noção de processo. (Assentado, Setor D, 35 anos)
- Que é o quê? (Pesquisadora)
- Você além de ter, na propriedade, você ter o arroz, você ter os animais pra produzir a compostagem, você ter uma rotação de cultura. Nós não conseguimos fazer isso. Esse ano teve quatro enchentes. Quatro vezes esse ano a água passou por cima da estrada. Então, como é que se faz rotação de cultura? Como é que você coloca animais ali, outros tipos de animais? O gado, lá atrás, tá na mangueira, mas quatro vezes esse ano eles ficaram só na mangueira durante uma semana, porque o resto encheu tudo com um metro de água. (Assentado, Setor D, 35 anos)

O assentado entrevistado também destacou o processo de transição do arroz convencional para o arroz orgânico, marcado pela ação do INCRA/RS e do MP no assentamento:

- Transição, exatamente. Essa expressão. Pra que as famílias que produziam convencional aderissem a outro modelo. Em 2008 foi feito o chamado edital de safra, que dizia o seguinte, olha: a produção do arroz no assentamento deverá ser orgânica certificada. Então quem não produzisse arroz orgânico certificado ia ter a colheita apreendida. Isso tem documento, isso tá tudo documentado. Mas o pessoal daquele jeito, não dá nada. Duvido que vão fazer, não sei o quê. E nós ali fomentando: vai acontecer, vamos mudar. Tanto é que os 400 hectares de arroz o pessoal certificou, plantaram orgânico e certificaram. Até não sei se plantaram orgânico, aquele ano, alguns, mas certificaram. Certificaram. E foram os únicos que conseguiram colher. Chegou na época da safra, o INCRA desceu com a polícia federal e as colheitadeiras de fora e começaram a colher. Começaram a colher, colher. E aí foi isso, foi fevereiro de 2008. Isto. E não se tem dados exatos, mas se estima que o INCRA colheu mais de 100 mil sacas de arroz. Depositou na Conab e foi

*pro Fome Zero. Cem mil sacas de arroz. Foi muito arroz. Saía carretas e carretas e mais carretas. (Assentado, Setor D, 35 anos)*

A transição efetivamente aconteceu, segundo o entrevistado, em 2009:

*- Teve esse momento. 2009 é um ano, de fato, de transição. 2010 a gente retoma o plantio. O nosso grupo nunca parou de plantar, continuamos plantando. E 2009 em diante começa uma nova fase no assentamento. Começa uma nova fase no assentamento. 2009 nós formamos a cooperativa, que tinha inicialmente a ideia de mais voltada pro arroz, e o assentamento começa a entrar nesse momento de entender que o negócio é produzir. Botar a cara e produzir. Não esperar mais pelos outros. Então começa essa questão do arroz, vários grupos se formam e começam a investir. Comprar máquinas, tratores, questão de outras experiências, questão das hortas, principalmente. Questão do gado de corte, mais gente começa a investir. O assentamento dá uma prioridade a essa questão da gestão da água, nós temos hoje um modelo de gestão de recursos hídricos pra irrigação. Vem gente de todo o Brasil pra conhecer a nossa, o nosso modelo de gestão de irrigação. Que foi uma luta, eu sempre digo, é uma conquista muito grande. (Assentado, Setor D, 35 anos)*

A cooperativa também se destacou na fala dos assentados, que demonstraram o quanto é importante a adequação às normas para que efetivamente se obtenham resultados positivos:

*- Nós estabelecemos uma forma de cooperação que ela tenta atender, se moldar, à realidade de cada família. A gente tenta enquadrar a cooperativa à realidade das famílias. Claro que tem critérios, não vamos fazer a vontade de cada um. Mas, por exemplo, a questão do arroz foi isso, a gente comprou máquinas pra atender à demanda que as famílias tinham, as famílias não tinham máquinas, a cooperativa compra as máquinas e presta serviço. Agora, por exemplo, a cooperativa, foi decidido que as famílias precisavam de uma máquina boa pra colher arroz. Então agora estamos comprando uma colheitadeira nova pra colher o arroz. Porque as máquinas, tudo velha, não cumprem mais com a função. Mas tinham outras demandas também. No caso do arroz: nós não tinha secador, então a cooperativa alugou um secador. Nós temos um secador exclusivo pra arroz orgânico, que é alugado, mas tá sobre o nosso domínio. Buscar mecanismos de comercialização. Então a cooperativa conseguiu comercialização com a CONAB, comercialização na merenda escolar, enfim. Na questão do trabalho tinha uma demanda que na época e é até hoje, que o arroz é um trabalho mecanizado e acaba sendo muito do homem. O arroz é do homem. Se quiser discutir comigo, tudo bem, mas acaba sendo do homem. Então a cooperativa conseguiu abraçar um projeto das mulheres de uma agroindústria de panificados. Pra poder ocupar essa mão de obra feminina*

*que acabava ficando em casa, porque os homem iam pra roça, e é muito longe, o projeto acaba sendo lá. (Assentado, Setor D, 35 anos)*

O trabalho da mulher foi contemplado de outra forma, uma vez que a lavoura de arroz representa uma atividade predominantemente masculina. A cooperativa encontrou a alternativa para atender a demanda feminina:

*- Então se criou uma unidade na cooperativa que é a agroindústria de panifícios. Que esse ano deve começar, deve estar aí no início de ano com já umas 20 mulheres trabalhando. Produzindo pão, cuca, bolacha. (Assentado, Setor D, 35 anos)*

Outro ponto importante ressaltado e que foi considerado como um grande avanço pelos assentados é a comercialização de seus produtos já processados na agroindústria recentemente inaugurada:

*- Então tem a questão da comercialização. Estamos agora inaugurando em fevereiro ou março a agroindústria de processamento de vegetais, que é uma outra demanda que tinha de não só se preocupar com a várzea, mas com a produção na volta de casa. É horta, é abóbora, é batata, é mandioca. Então a gente tá incentivando a produção disso e vai receber tudo na agroindústria e processar. Então, fazer o aipim descascado congelado. A moranga cabutiá descascada, empacotadinha, tudo, picada em cubos. Mix de vegetais, enfim, outras coisas que podem ir aparecendo. E a experiência que nós pegamos esses três anos de comercialização na alimentação escolar mostrou duas coisas. Primeiro: tem que ser organizado, e segundo: que você tem que ter produtos, alimentos, de fácil preparo. Se tu tiver produtos muito complicados de preparo as merendeiras não querem saber... Quer aipim descascado. (Assentado, Setor D, 35 anos)*

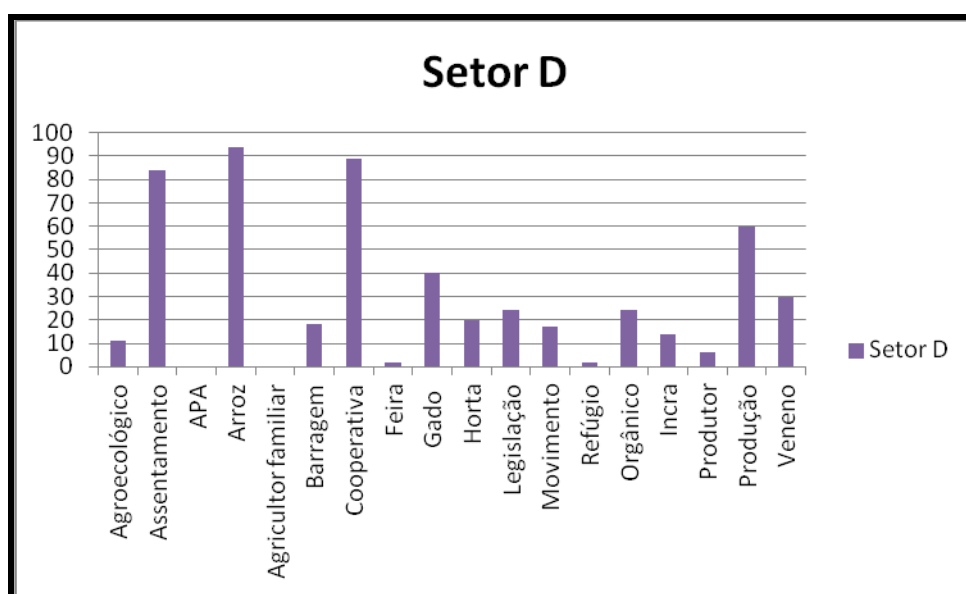
Novos projetos já se encontram na pauta dos assentados, todos eles pensados pela cooperativa representada pelo grupo, como demonstra o entrevistado:

*- E aí tem outros projetos, estamos com um moinho de farinha de arroz. Estamos pensando agora nós ter a nossa unidade de beneficiamento do arroz. Porque hoje todo o arroz é secado aqui, mas é levado pra Nova Santa Rita pra beneficiar. A cooperativa é a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão - COOPERAV. Nós temos um colegiado de pessoas, de coordenação. Tem a diretoria, que é formal. Tem três agricultores*



de fora que são associados por causa da comercialização do caqui. É produção orgânica, certificada. Basicamente a gente trabalha com alimentação escolar, então tá só o escritório funcionando que é a parte mais contábil, financeira. Mas no dia a dia são mais de 20 pessoas que trabalham ali: filho de assentado, assentados. A agroindústria dos panifícios, a maioria são mulheres... É um critério, na agroindústria dos panifícios trabalham as mulheres. (Assentado, Setor D, 35 anos)

O gráfico 5 possibilita visualizar a maior ocorrência de expressões nas falas dos assentados, demonstrando o significado e a importância na construção de sua identidade no território do Assentamento Filhos de Sepé.



**Gráfico 5** – Palavras mais citadas em entrevista neste setor.  
Fonte: Trabalho de campo.

As fotos possibilitam ilustrar as falas transcritas e aqui analisadas, constituindo um registro, através da imagem, dos elementos integrantes do processo de construção da identidade dos assentados.



**Figura 19:** Criação de gado leiteiro.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 20:** Criação de gado leiteiro e suínos.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 21:** Produção de queijo artesanal.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 22:** Material utilizado na fabricação do queijo artesanal.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 23:** Produção de caqui orgânico.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 24:** Criação de gado.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 25:** Placa sinalizando o centro de convivência.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



**Figura 26:** Cooperativa Setor D.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Sendo assim, foi possível identificar, depois de toda a vivência com as famílias produtoras no assentamento, juntamente com a análise dos dados, que houve conexão direta entre os desafios propostos por Assad e Almeida (2004) e a realidade do assentamento. Para objetivar os resultados, optou-se por construir uma tabela comparativa dos resultados, confrontando com cada desafio analisado nesta dissertação. A seguir, os dados especializados.

Tabela 9 – Análise final

Desafios	Setor A	Setor B	Setor C	Setor D
	Análise			
<b>AMBIENTAL</b>	A forma de produção agroecológica solucionou o desafio.			
<b>ECONOMICO</b>	Os tipos de produção desenvolvidos em cada setor, conforme a organização familiar, solucionou o desafio.			
<b>SOCIAL</b>	A renda obtida através da produtividade é suficiente às famílias, de forma que solucionou o desafio.			
<b>TECNOLÓGICO</b>	As técnicas de produção desenvolvidas com o auxílio dos técnicos da cooperativa local, no intuito de adequar a produção e ampliar a produtividade soluciona o desafio.			
Fonte: Elaborado pela autora.				

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises e os desafios podem ser observados na crise ambiental (degradação dos recursos naturais e sua escassez, além da contaminação dos alimentos, trazendo como desafio a busca por sistemas adaptáveis ao ambiente de forma que se reduza a dependência dos insumos externos); econômica (diminuição do poder de compra e aumento dos preços ao consumidor final dos produtos do pacote agrícola convencional, trazendo como desafio a busca pela redução das perdas e desperdícios durante o processo e por investimentos no aumento da produtividade, mantendo preços competitivos no mercado); social (concentração de renda numa parcela reduzida da população, êxodo rural e aumento das violências em geral, trazendo o desafio da busca por sistemas de produção agrícola capazes de ampliar a renda do trabalhador rural). Desse contexto, surgem também os desafios territorial e tecnológico. O desafio territorial trata da busca por tornar os espaços rurais multifuncionais através das pluriatividades, de forma que haja a integração agrícola. O desafio tecnológico consiste na busca de processos de produção menos agressivos ao ambiente.

Buscou-se, a partir das falas dos assentados, de forma indireta, identificar as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Tais dificuldades puderam ser percebidas, de alguma forma, a partir da perspectiva do assentado, a ponto de observar sua reflexão sobre as crises sofridas e relacioná-la com os desafios apresentados nesta dissertação. Foi através da verificação da construção de uma nova identidade do assentado no assentamento que se verificou o sentimento de pertencimento ao lugar criado ao longo do processo de territorialização dos indivíduos.

Conectando as relações e os processos observados aos desafios apresentados é notável, na realidade dos assentados e do assentamento, que foram sugeridas alternativas em meio às dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento vigente na sociedade a qual estamos inseridos. Os assentados produzem sem o uso de agrotóxico e comprovam, através do aumento da sua produtividade, que a técnica agrícola desenvolvida e utilizada

por eles propicia resultados positivos. Somado a isso, comprovam também, através da sua produtividade, que a alternativa de solução à crise e ao desafio social está diretamente relacionada – e é consequência, neste caso – ao sucesso da elevada produtividade, pois são gerados valores de rentabilidade suficientes e compatíveis com as necessidades da realidade do trabalhador rural. Evidência, esta, relatada nos diálogos com os assentados e suas lideranças.

Portanto, a hipótese apresentada nesta dissertação se confirma. O assentado passou a perceber o assentamento como seu lugar a partir da forma de produção agroecológica, mesmo que esta proposição tenha sido imposta através da lei ambiental. O assentado se sente parte ao ver o aumento de sua produtividade e o valor agregado em sua produção, tendo em vista a qualidade superior dos produtos. O sabor e a consistência dos alimentos são diferentes – para melhor, relatam as famílias produtoras, quando comparam a produção convencional exercida anteriormente com a produção agroecológica ou orgânica realizada no assentamento.

No início das atividades no assentamento, o relato foi de que foram tempos difíceis de adaptação. Por desconhecerem a forma de plantio das culturas regionais locais, houve um período de transição, quando os assentados tiveram perdas de investimento financeiro e perceberam a necessidade da descoberta e aprendizagem da melhor técnica a ser utilizada junto à realidade do assentamento. Apesar dessas dificuldades iniciais, a surpresa para as famílias foi o resultado positivo a cada investimento empregado na produção, mesmo com diferentes culturas e tipos de atividades desenvolvidas. E, fruto deste novo cenário, num processo de transição positiva e crescente que se construía aos olhos dos assentados, o sentimento de pertença, de ser parte deste novo lugar, passou a surgir. Ao perceberem que a nova terra “deu certo” em virtude do trabalho investido, o laço foi gerado. Sendo assim, com o passar do tempo, a identidade com o lugar se construía, a ponto de o assentado reconhecer e legitimar a necessidade da preservação ambiental e estabelecer laços de confiança com a nova vizinhança ao seu lote, a qual também foi imposta a este grupo que se formou na concepção do assentamento.



## REFERÊNCIAS

AB' SABER, A. N. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 213-220.

ASSAD, M. L.; ALMEIDA, J. **Agricultura e sustentabilidade: contextos, desafios e cenários**. Ciência e Ambiente, Santa Maria, n. 29, p. 21-22, 2004.

BAZIN, Frédéric. **Diagnóstico da realidade agrária e propostas de desenvolvimento rural, Viamão/RS**. (Versão Final). Porto Alegre: PCT INCRA/FAO-UTF.051/BRA, 2000.

BONNEMAISON, Joël. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 62.

BROSE, M. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

CASTELLO BRANCO FILHO, C. O modelo de certificação participativa como um dos elementos condutores no fomento à Cadeia Produtiva do Arroz Ecológico da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. **Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária; VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária; 1ª Jornada de Geografia das Águas**. João Pessoa, 2013.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2001.

CLICRBS. ZH Blogs. Almanaque Gaúcho. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2012/12/28/a-longa-vida-do-leite/?topo=13,1,1,,,13>>. Acesso em: out. 2014.

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS – COPTec. **Coptec**. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/coptec.html>>. Acesso em: out. 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **CONAB**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: out. de 2014.

DIEL, R. **Gestão racional de recursos naturais de uso comum – recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS**. 2011 (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011, p.86.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de plantio direto**. Disponível em: <<http://www22.sede.embrapa.br/plantiodireto/IntroducaoHistorico/sistemaPlantioDireto.htm>>. Acesso em: out. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Cultivo de arroz irrigado no Brasil**. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap09.htm>>. Acesso em: out. 2014b.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UTF/BRA/036, agosto, 1996.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Anais do XI Encontro da Anpur. Vol. 3, Rio de Janeiro, 2001.

HESPANHOL, R. Ap. de M. Agroecologia: Limites e perspectivas. In: ALVES, A. F. A; CORRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária). Superintendência de

Porto Alegre/RS. Relatório ambiental do projeto de assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. Porto Alegre, 2013.

Instituto de Mercado Ecológico. **Control IMO**. Disponível em: <[http://www.imo.ch/logicio/pmws/indexDOM.phpclient\\_id=imo&page\\_id=home&lang\\_iso639=en](http://www.imo.ch/logicio/pmws/indexDOM.phpclient_id=imo&page_id=home&lang_iso639=en)> e <<http://www.organicnet.com.br/2011/05/imo-do-brasil-credenciada-como-certificadora-organica/>>. Acesso em: out. 2014.

IBGE. **Geografia do Brasil**. São Paulo: IBGE, 1984.

MAPA. Ministério de Agricultura, Agropecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/orientacoes-tecnicas>>. Acesso em: out. 2014.

MARTINS, C. M. dos R. Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Textos para Discussão FEE N° 112**. Porto Alegre, 2013.

MEDEIROS, R. M. V. M. Território, espaço de identidade. In: Saquet, Marcos Aurélio e Sposito, Eliseu Savério (orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009. p. 217-228.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acesso em: set. 2014.

PET - PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO (PET-GEOGRAFIA UFRGS). **Diagnóstico de sociocultural e de percepção ambiental do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS**. Relatório de Pesquisa: Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/neagagraria/publicacoes>>. Acesso em: out. 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANT'ANNA, R. Populações humanas em unidades de conservação. **Boletim Rede Amazônia**, ano 2, n.1, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In: ALVES, A. F. A; CORRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 137-153.

SAQUET, M. A. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, J. G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 209-226.

SANTOS, M; SOUZA, M.A; SIVEIRA, M.L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. SP: Hucitec/ANPUR, 2002.

SEMA - SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. Unidade de Conservação Estadual. Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=174](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=174)>. Acesso em: out. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. Comitê de gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=296](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=296)>. Acesso em: out. 2014b.

\_\_\_\_\_. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. **Bacia hidrográfica do Rio Gravataí**. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=56&cod\\_conteudo=611](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=611)>. Acesso em: out. 2014c.

\_\_\_\_\_. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. Unidades de conservação estaduais. Área de proteção ambiental do Banhado Grande. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=174](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=174)>. Acesso em: out. 2014d.

\_\_\_\_\_. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. Unidades de conservação estaduais. Área de proteção ambiental do Banhado Grande. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_agrupador=12](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_agrupador=12)>. Acesso em: out. 2014e.

SIGRA. **Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES**. Banco de dados. Disponível em: <<http://www.sigra.net.br>>. Acesso em: out. 2014.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Abordagem qualitativa em geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J. [et al.]. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas/organização**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-221.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço Geográfico uno e múltiplo, Script Nova – revista eletrônica de Geografia y Ciencias sociales, Universidad de Barcelona, n.93, julho/2001.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

## APÊNDICE 1 – Tabelas confeccionadas pela autora com as perguntas utilizadas nas entrevistas

Grupo de Pergunta	Pergunta	Setor A			Setor B		Setor C			Setor D	
		Família 1	Família 2	Família 3	Família 4	Família 5	Família 6	Família 7	Família 8	Família 9	Família 10
Caracterização familiar	Origem do nº de pessoas da família que trabalham na produção. A renda da produção é suficiente para a família? tem alguém da família trabalhando fora?										
	Sempre produziram de forma orgânica? Em caso negativo, por que mudaram? Esta mudança trouxe benefícios para a família?										
	nº de filhos. Os filhos seguem com a mesma prática? Estudam? Permanecerão no lote? Retornarão à morada no lote?										

Grupo de Pergunta	Pergunta	Setor A	Setor B	Setor C	Setor D	Desafio	Objeto	Objetivo
Bloco de perguntas relativas à história familiar	Como foram os primeiros contatos com este lugar? Necessitou adequações? Quais?							
	A produção realizada por esta família hoje é a mesma produzida antes do assentamento?							

Grupo de Pergunta	Pergunta	Setor A	Setor B	Setor C	Setor D	Desafio	Objeto	Objetivo
Bloco de perguntas relativas ao sentimento em relação ao tipo e forma de produção	Como é viver e produzir numa área de proteção ambiental?							
	O que entende por APA?							
	O que entende por Refúgio de Vida Silvestre?							
	Acreditas que a forma de produção estabelecida para o assentamento tenha sido em consequência de alguma destas leis?							
	Hoje enxergas tu e tua família sem a possibilidade de produzir da forma atual (orgânica)?							

Grupo de Pergunta	Pergunta	Setor A	Setor B	Setor C	Setor D	Desafio	Objeto	Objetivo	
Bloco de perguntas sobre o sentimento com o passar do tempo de permanência	O que significa estar em contato com este lugar? O que representa pra ti e tua família serem parte deste assentamento?								
	E o que representa para ele ser um produtor ecológico?								
	Perspectiva do assentado: tem diferença? Sua vida hoje é aquela que imaginou quando estava acampado? Melhorou ou não? O que melhorou? O que piorou?								
	Como percebes a tua relação com a terra com o passar do tempo aqui?								

Grupo de Pergunta	Pergunta	Setor A	Setor B	Setor C	Setor D	Desafio	Objeto	Objetivo
Bloco de perguntas sobre a produção e a propriedade	O que entende por Agricultura familiar?							
	Possui no lote diversificação de culturas e atividades? Quais? O que produzem (arroz, hortigranjeiros, leite, etc)? qto produzem?							
	Tamanho lote							
	Faz uso de insumos ou agrotóxico? Quais?							
	Questões técnicas, como solucionam?							
	Possui certificação de seus produtos ou é feito pelo assentamento?							
	Como é feita a fiscalização? Por lote, setor ou assentamento?							